

CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA

Termo de Referência 45/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
45/2026	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	KATIA SALUSTIANO DA SILVA	24/04/2026 11:03 (v 0.76)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	158/2026	60090.000109/2024-92

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 60090.000109/2024-92)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço comum de engenharia, não contínuo, de **Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno**, nas dependências do Centro de Coordenação Geral - CCG, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD - Brasília/DF, a serem executados com regime de **dedicação não exclusiva de mão de obra**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno, visando a troca e instalação estimada de 88 (oitenta e oito) Placas de Policarbonato do tipo Aveolar, na Cor verde de 10mm, no formato de trapézio retângulo, em um total de 750m² de placas.	019224	m²	750	R\$ 389,28	R\$ 291.966,40

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de serviços comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000006/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025;

III) Id do item no PCA: 410;

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 110511-158/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Por se tratar de serviço de engenharia, em que para obtenção dos fins (produtos) se geram resíduos específicos, convém atentar para o seguinte impacto ambiental: geração de resíduos.

4.1.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.2.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.1.2.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 60090.000109/2024-92, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

4.2.1. Não serão aceitos materiais, equipamentos ou produtos que não atendam às especificações técnicas, às normas técnicas vigentes da ABNT, aos requisitos mínimos de desempenho, durabilidade, segurança e qualidade estabelecidos nos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos da contratação, ainda que similares ou equivalentes.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco) do valor total da contratação.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

- 4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.13.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 4.13.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.14. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.14.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.18.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 4.18.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.19.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
 - 4.19.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **10 horas às 15 horas**. O licitante poderá agendar a vistoria através do e-mail: anderson.goddard@sipam.gov.br e katia.silva@sipam.gov.br.
- 4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.26. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.27. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.27.1. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4.28. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.29. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da dispensa de licitação.

4.30. A vistoria é de única e exclusiva responsabilidade da Licitante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Após a assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O serviço pressupõe: De acordo com descrito no Estudo Técnico Preliminar, observando rigorosamente o projeto, as especificações técnicas, as normas da ABNT aplicáveis e as boas práticas da engenharia.

5.1.3. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à Fiscalização do órgão, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, consoante aos critérios e especificações previstas no presente Caderno de Encargos, ou Especificação Técnica, para fins de recebimento provisório. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.1.4. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários:

a) Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório (TERP), em 03 (três) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas; e

b) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERP.

5.1.5. Termo de Recebimento Definitivo (TERD) dos serviços contratados será lavrado, em até 15 (quinze) dias após a lavratura do TERP, por Comissão designada por portaria da autoridade signatária do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação:

a) O Gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

b) O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

5.1.6. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, acordado com a contratante, e as etapas do serviço serão executados em conformidade com este Termo de Referência e normas da ABNT, tendo como cronograma o previsto conforme itens supracitados.

5.1.7. A Licitante concordará integralmente com as disposições contidas neste Termo de Referência e seus Apêndices, as quais passarão a constituir parte integrante do Edital de Licitação. Para tanto deverá conhecer a documentação fornecida, pois será considerada como conhecedora das suas particularidades.

5.1.8. Quaisquer serviços constantes deste Termo de Referência, mesmo que não cotados na Planilha Orçamentária Sintética, serão de responsabilidade e ônus da Contratada. A Licitante deverá levantar as quantidades de materiais e serviços solicitados visando a sua plena realização.

5.1.9. Qualquer esclarecimento relativo ao presente Termo de Referência, deverá ser solicitado por escrito à Equipe de Planejamento da Contratação.

5.1.10. Na proposta para a execução dos serviços, a Licitante deverá considerar na sua composição de custos unitários somente os itens relacionados na Planilha que compõem o orçamento de referência a este Termo de Referência. É obrigatória a apresentação da composição da parcela referente ao BDI e Encargos Sociais.

5.1.11. Os custos das despesas diretas e indiretas, tais como: aquisição de materiais, emprego de equipamentos, instalações e manutenção de canteiro, mão de obra, encargos sociais, seguros, e outros deverão estar considerados quando da elaboração da Planilha de Custos.

5.1.12. A administração do serviço engloba as atividades da supervisão, de controle de materiais e da mão de obra, bem como os gastos com o pessoal técnico e administrativo.

5.1.13. A Licitante deverá apresentar junto a Proposta de Preços:

- a) orçamento detalhado, constituído por Modelo de Planilha de Custo, onde deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, bem como, aqueles referentes à mão de obra, encargos sociais, materiais, incluídos fretes, lucro e tributos (Apêndice XIII);
- b) Cronograma físico-financeiro adequado pela Licitante às suas condições de operação, etapas e prazos; constantes deste Termo de Referência (Apêndice XII); e
- c) Planilha demonstrativa da parcela referente a BDI e Encargos Sociais (Apêndice XI)

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia CENSIPAM, SPS – Área 5, Quadra 3, Bloco K, Plano Piloto – Brasília/DF, CEP 70636-010.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, podendo haver execução em outros horários ou dias, inclusive sábados, mediante prévia autorização da Administração, sem ônus adicional.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas operacionais definidas neste Termo de Referência, no Plano de Execução do Objeto, no cronograma aprovado e nas orientações da Fiscalização, respeitando-se a sequência lógica de execução e os marcos *estabelecidos*.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, constantes em Planilha Orçamentária, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades que atendam a plena execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

5.7. Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, dentro das especificações dos respectivos fabricantes e atender as normas da ABNT.

5.8. A aplicação de material industrializado obedecerá às recomendações dos fabricantes, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica pela sua aplicação.

5.9. Em todos os dados com características de materiais ou equipamentos, de uma determinada marca ou fabricação, está subentendida a alternativa: “ou rigorosamente equivalente, ou similar de igual ou maior qualidade, a juízo da Fiscalização”, sendo a equivalência ou similaridade julgada, em última instância, pela autoridade consignante da licitação.

5.10. Todo e qualquer material ou equipamento indicado através de marca de fabricante e ou modelo, são única e exclusivamente para padronização de orçamento, devendo a Contratada verificar a possível descontinuidade de fabricação ou venda, e substituí-lo por seu similar em modelo imediatamente superior, desde que mantidas as suas características técnicas e funcionais, que serão atestadas através de manual ou detalhamento do fabricante.

5.11. Quando as circunstâncias ou condições locais tornarem aconselhável a substituição de material especificado por outro equivalente, tal substituição somente poderá ser efetuada após autorização, por escrito, da Fiscalização.

5.12. Poderão ser propostos materiais equivalentes técnicos normalizados que obedecem às seguintes condições:

- a) Serem equivalentes em dimensões, qualidades e demais características técnicas que atendam às normas da ABNT;
- b) Quando da utilização de materiais “equivalentes técnicos”, os eventuais incrementos nos custos decorrentes da utilização destes materiais serão de ônus total da Contratada; e
- c) A Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização amostra do material.

5.13. Qualquer material entregue no local ou incorporado aos serviços e/ou qualquer serviço que for considerado de qualidade inferior, não obedecendo às exigências das especificações, será obrigatoriamente removido sem ônus para a Fiscalização.

5.14. Caso haja impugnação de um determinado material, a Contratada ficará obrigada a retirá-lo, no prazo máximo de 24h.

5.15. A Contratada deverá submeter com antecedência à apreciação da Fiscalização amostra dos materiais a serem utilizados. Não serão aceitos pela Fiscalização serviços executados com materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.16. Sempre que solicitado pela Fiscalização, serão obtidos pela Contratada, às suas expensas, os documentos comprobatórios da qualidade dos materiais empregados, inclusive a realização de ensaios exigidos pelas Normas Técnicas.

5.17. Os materiais a serem empregados serão transportados, manuseados e armazenados sob a responsabilidade da Contratada.

5.18. É de inteira responsabilidade da Contratada a guarda dos materiais e ferramentas de sua propriedade, não podendo esta responsabilizar a Fiscalização por eventuais perdas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.19. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.19.1. Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno, nas dependências do Centro de Coordenação Geral - CCG, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD - Brasília/DF, em edificação existente e em funcionamento, exigindo compatibilização com a infraestrutura predial existente;

5.19.2. Necessidade de planejamento executivo que minimize interferências nas atividades administrativas do CENSIPAM, com organização de frentes de serviço, cronograma físico-financeiro e atendimento às normas de segurança e acessibilidade.

Especificação da garantia do serviço

5.20. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 24 (vinte e quatro) meses para estanqueidade da cobertura e de 60 (sessenta) meses para as placas de policarbonato, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Uniformes

5.21. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.22. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.16.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.16.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.16.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.16.5. verificar a conformidade da execução com o projeto, memorial descritivo, especificações técnicas, normas aplicáveis e cronograma físico, registrando eventuais desvios e determinando sua correção;

6.16.6. conferir a adequação e a qualidade dos materiais, insumos, equipamentos e procedimentos empregados pela contratada, bem como o cumprimento das condições de segurança, meio ambiente e saúde no trabalho;

6.16.7. registrar formalmente, em sistema ou processo do contrato, todas as comunicações, notificações, relatórios, medições, fotografias, ordens de serviço, atestos e eventuais glosas, assegurando a rastreabilidade da execução e a interlocução contínua com a contratada.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. a conformidade técnica dos serviços executados quanto às especificações do projeto, memoriais, normas aplicáveis e resultados mínimos de desempenho previstos.

7.3.2. de medida de qualidade da execução contratual, seja mão de obra e padrões dos materiais utilizados, por meio da fiscalização técnica do contrato, que avaliará constantemente a execução do objeto e o alcance do objetivo - Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de execução.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no **SINAPI/SBC do mês 03/2026**.

7.38.. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (30 trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1 % (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “ b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1 % (um por cento) 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.2.4.7.2. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.2.4.7.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.2.4.7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.2.4.7.5. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.2.4.7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO ITEM.

Regime de Execução

9.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação - **R\$ 291.966,40** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).

9.4.2. custos unitários relevantes: correspondentes aos itens definidos no orçamento estimado elaborado pela Administração.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.15. Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia e construção, expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme aplicável
- 9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo.

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.33.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.33.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.35.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.36. Registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) competente, em plena validade, compatível com as atividades descritas no objeto contratual

9.36.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.37 Prova de atendimento aos requisitos previstos na legislação pertinente à execução de obras e serviços de engenharia, incluindo a obrigatoriedade de responsabilidade técnica (ART/RRT) para o escopo previsto (sistema elétrico, hidrossanitário, fundações, impermeabilização, estrutura, revestimento, pintura, sistema de incêndio)

Qualificação Técnico-Operacional

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (Hum) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.38.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.38.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.41. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.41.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto (CREA/CAU):

9.41.1.1. Responsável pela execução da revitalização, incluindo:

9.41.1.2. Elaborar, coordenar, compatibilizar e supervisionar projetos de construção, reforma, revitalização, manutenção e reparos em edificações e estruturas, incluindo coberturas, estruturas metálicas ou de madeira, sistemas de impermeabilização, drenagem pluvial e demais elementos construtivos;

9.41.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.42. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo III.

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.50. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.50.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.50.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.50.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.50.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.50.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.50.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.50.6.1. ata de fundação;

9.50.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.50.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.50.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.50.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.50.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.50.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 291.966,40** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), conforme custos unitários constantes da tabela de referência apresentada no Anexo de Estimativa de Custos deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 110511 - Censipam/MD;

II) Fonte de recursos: 1000 - Recursos Livres da União;

III) Programa de trabalho: PTRES 228789;

IV) Elemento de despesa: 33.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; e

V) Plano interno: PTA/2026 - 193/2026 - Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno

11.3. Plano Anual de Contratações (PCA) 2026

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000006/2026

II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025

III) Id do item no PCA: 410

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 110511-158/2026

11.4. Plano Estratégico Institucional (PEI) 2024 – 2027

- *Objetivo Estratégico: OE6 – Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros.*
- *Iniciativa Estratégica: 6IE5 – Aperfeiçoar a gestão patrimonial.*

11.5. Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2024 – 2027

- *PD5 - Observar as orientações gerais e práticas presentes nos modelos da Advocacia Geral da União relativas às licitações e contratos.*
- *PD9 - Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.*

11.6 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. . O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital **OU** na *Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.3. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.4. 1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.4.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.4.4. *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*

2.4.5. *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]*

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.8. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

2.9. *O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021 .*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXX.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura ; e

3.1.15.5. . certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.*

4.1.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.28. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*
- 4.28.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15] .*
- 4.29. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*
- 4.30. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]*
- 4.30.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*
- 4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

- 4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.*
- 4.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*
- 4.42. *Elaborar o Diário de Obra incluindo, diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.*
- 4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.44. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*
- 4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*
 - 4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*
 - 4.1.44.3. florestas plantadas; e*
 - 4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.*
- 4.1.45. *Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*
- 4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*
 - 4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;*
 - 4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e*
 - 4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.*
- 4.1.16. *Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:*

4.1.17. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.18.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.49 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1. 51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.1.56. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das

obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

5.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

5.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

5.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

5.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

5.11. *O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

5.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

6.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

OU

6.4. *A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

6.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.5.1 Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

6.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.[A24]

6.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A25]

OU

6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A26] contraentes.

6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. Indenizações e multas.

6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em , Seção Judiciária de.....para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULA AMELIA VELOZO DE OLIVEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 10:29:00.

ANDERSON DIAS GODDARD

Integrante Técnico

KATIA SALUSTIANO DA SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:03:17.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - APENDICE I - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.pdf (338.83 KB)
- Anexo II - APENDICE II - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO.pdf (202.96 KB)
- Anexo III - APENDICE III - DECLARACAO DE CONTRATOS FIRMADOS.pdf (234.01 KB)
- Anexo IV - APENDICE VI - DECLARACAO DE CONHECIMENTO DAS CONDICÕES E PECULIARIDADES (1).pdf (201.07 KB)
- Anexo V - APENDICE VII - RELATORIO DE ACOMPANHAMENTO DOS SERVICOS EXECUTADOS.pdf (214.14 KB)
- Anexo VI - APENDICE VIII - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENCAO DE SIGILO.pdf (201.43 KB)
- Anexo VII - APENDICE IX - MODELO DE PROPOSTA.pdf (201.65 KB)
- Anexo VIII - APENDICE XI - PLANILHA DE COMPOSICAO BDI.pdf (500.9 KB)
- Anexo IX - APENDICE XII - Cronograma Fisico Financeiro.pdf (187.03 KB)
- Anexo X - APENDICE IV - DECLARACAO DE NAO REALIZACAO DE VISTORIA.pdf (107.06 KB)
- Anexo XI - APENDICE V - DECLARACAO DE VISTORIA.pdf (108.92 KB)
- Anexo XII - APENDICE X - ORDEM DE SERVICO.pdf (195.66 KB)
- Anexo XIII - COMPOSICAO_ANALITICA.pdf (270.17 KB)
- Anexo XIV - APENDICE XIII - COMPOSICAO_ANALITICA.pdf (289.89 KB)
- Anexo XV - ETP - Ajustado.pdf (1.55 MB)



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE I

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Aos dias do mês de..... no ano de 202__, a equipe de fiscalização da obra localizada no SPO Área Especial 05 Quadra 03 Bloco K CENSIPAM, composta pelos Srs. _____ e _____, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, tendo em vista o prazo de 15 (quinze) dias decorridos da data do recebimento provisório (dia, mês, ano), e estando a obra em perfeitas condições de funcionamento, recebem DEFINITIVAMENTE a mesma, não eximindo a contratada das responsabilidades e obrigações previstas no Código Civil Brasileiro e de Defesa do Consumidor.

Brasília-DF, ____ de _____ de 202__

Assinaturas:

Fiscal Técnico

Fiscal Administrativo



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Tendo em vista o que determina o Contrato nº ____/202__, Processo: 60090.000109/2024-92, celebrado entre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM e a empresa _____, CNPJ _____, declara aceitar em CARÁTER PROVISÓRIO a obra/serviço executada(o), referente a _____, estando tudo dentro das especificações exigidas e de acordo com o Projeto Básico.

Brasília-DF, ____ de _____ de 202__

Assinatura e carimbo (responsável da contratante)



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE III

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____, inscrita
no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a
iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço/telefone do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor mensal do Contrato	Valor anual do Contrato	Valor total do contrato* (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.)
TOTAL					

Fórmula exemplificativa, para fins de atendimento ao disposto nos itens D.1" e "D.2" da alínea
"D" do subitem 11.1. do item 11 do anexo VII-A, da IN 05/2017:

- a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos
contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos*

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

- b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$

Brasília/DF, ____/____/____

Assinatura e carimbo
(Representante Legal da Empresa)



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE IV

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, perante o Pregoeiro do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, que a empresa se deu por plenamente satisfeita com as informações obtidas junto à Coordenação de Serviços Gerais (COSEG) do Censipam. Dessa forma, optamos por dispensar a realização da visita técnica, considerando-nos plenamente aptos e capacitados para a elaboração da proposta de preços.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico: _____

Registro do RT no CREA: _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa: _____

Nome do Representante Legal da Empresa: _____

Número da identidade do Representante Legal da Empresa: _____

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

Brasília-DF, _____ / _____ / 202__

Servidor do Censipam

Responsável Técnico da Empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE IX

MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO		
Razão Social:		
Endereço:	UF	CEP:
Telefone:		
E-mail:		

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QTD/MESES	PREÇOS GLOBAIS

BDI ADOTADO – (PLANILHA COMPOSIÇÃO BDI)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA – CONTRATANTE

Processo nº 60090.000109/2024-92

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº ____/202__, que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, compareceu perante o representante da Coordenação de Serviços Gerais (COSEG), e vistoriou as instalações deste Censipam, quando conheceu os locais onde serão realizados os serviços de Revitalização do telhado de policarbonato do CCG e as condições técnicas exigidas para a sua execução, esclarecendo todas as dúvidas, junto a COSEG, sobre o objeto desta licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília-DF, ____ / ____ / 202__

Servidor do Censipam

Assinatura do Representante:

CREA nº.:

Brasília-DF, ____ / ____ / 202__

Representante da Empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE VI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital nº ____/202__, que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, que têm pleno conhecimento das condições das instalações, locais e peculiaridades inerentes à prestação do serviço e que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não utilizaremos quaisquer questionamentos futuros decorrentes de avenças técnicas ou financeira com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, localizado no Setor Policial - SPO, Área 5, Quadra 3, em Brasília/DF.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____

Telefone: _____ Endereço: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico: _____

Registro do RT no CREA: _____

Brasília (DF), ____ de ____ de 202__.

Representante ou Preposto da Empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE VII

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

CONTRATO Nº ____/202__	MÊS/ANO: ____/202__
EMPRESA LICITANTE VENCEDORA:	
CONTRATO:	
LOCAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS:	

AVALIAÇÃO	
1. QUANTO A QUALIDADE DOS SERVIÇOS: Muito bom () Bom () Regular () Péssimo ()	
2. QUANTO AO DESENVOLVIMENTO/PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS: Muito bom () Bom () Regular () Péssimo ()	
3. Cumpriu toda demanda dos serviços? : SIM () NÃO () *Se NÃO, quais demandas não cumpridas? _____	
4. OS EQUIPAMENTOS ATENDEM AO DESCRITO? SIM () NÃO () *Se não, justifique: _____	
Fiscal do Contrato: (Carimbo e assinatura)	Visto da empresa
Local: ____/____/____.	Data: ____/____/____.



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE VIII

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, a Sr.(a.) _____ portadora da Cédula de Identidade nº _____ expedida pelo(a) _____ e CPF nº _____, declara que, para fins da execução do contrato nº _____, compromete-se a manter em sigilo, ou seja, não revelar ou divulgar as informações confidenciais ou de caráter não público recebidas durante e após a prestação dos serviços nas instalações do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), tais como: Informações técnicas, operacionais, administrativas, econômicas, financeiras e quaisquer outras informações, escritas ou verbais, fornecidas ou que venham a ser de nosso conhecimento, sobre os serviços licitados, ou que a eles se referem e ainda respeitar as normas de segurança vigentes. A violação dos termos deste instrumento resultará na aplicação das penalidades cabíveis ao infrator, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-lhe, ainda, a isentar e/ou indenizar o CENSIPAM de todo e qualquer dano, perda, prejuízo ou responsabilidade, em virtude de demandas, ações, danos, perdas, custas e despesas que porventura venha a sofrer como resultado da violação do disposto neste instrumento.

Brasília-DF, ____ de _____ de 202__

Assinatura:

Identidade

Testemunhas:

Identidade

Identidade



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE X

ORDEM DE SERVIÇO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS		Data de emissão	
Contrato			
Objeto do Contrato	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno, visando a troca e instalação estimada de 88 (oitenta e oito) Placas de Policarbonato do tipo Aveolar, na Cor verde de 10mm, no formato de trapézio retângulo, em um total de 750m ² de placas, de acordo com as especificações técnicas que constam no Termo de Referência e seus anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.		
Contratada		CNPJ	
Preposto			
Início vigência		Fim vigência	
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade			
Solicitante		E-mail	

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição do serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtd/Vol.	Valor Total (R\$)
1					
2					
3					
Valor total estimado da OS/OFB					

3. INSTRUÇÕES/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do serviço>

4. DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início		Data do Fim	
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim

5. ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

6. ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMENDA

Autoriza-se a <execução dos serviços> correspondentes à presente <OS> , no período e nos quantitativos acima identificados.

Brasília-DF, de _____ de _____

<Nome >

<Responsável pela demanda/Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

APÊNDICE XI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO BDI

CÁLCULO DA TAXA DE BDI (LDI)		
ACÓRDÃO Nº 2622/2013 -TCU		
COMPONENTES		INCIDÊNCIAS
A - DESPESAS INDIRETAS		
1	GARANTIA + SEGURO	
2	RISCO	
3	DESPESAS FINANCEIRAS	
4	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
B - TRIBUTOS		
1	COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	
2	PIS - Programas de Integração Social	
3	ISS - Imposto sobre Serviços de qualquer natureza	
4	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	
SUBTOTAL DE TRIBUTOS		
C - BONIFICAÇÃO		
1	LUCRO	
<p>Fórmula de cálculo do BDI do AC 2622/2013 do TCU</p> $\text{BDI} = \frac{((1+AC+S+R+G) (1+DF) (1+L)) - 1}{(1-I)}$ <p>AC = taxa e rateio da administração central DF = taxa das despesas financeiras R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento I = taxa de tributos L = taxa de lucro</p>		
BDI		

GRUPO 1									ETAPA		
ITEM	CÓDIGO SINAPI/SBC/ MERCADO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE			TOTAL GERAL C/ BDI 28,6%	1	2	TOTAL
						TOTAL UNIT. S/ BDI	TOTAL UNIT. C/ BDI 28,6%				
1.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 52.893,38							
1.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	132,00	R\$ 130,19	R\$ 167,42	R\$ 22.099,44	11.049,72 50,00%	11.049,72 50,00%	22.099,44 100,00%
1.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,00	R\$ 30,33	R\$ 39,00	R\$ 10.296,00	5.148,00 50,00%	5.148,00 50,00%	10.296,00 100,00%
1.3	100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,00	R\$ 59,60	R\$ 76,64	R\$ 20.232,96	10.116,48 50,00%	10.116,48 50,00%	20.232,96 100,00%
1.4	016580	SBC	A R T TABELA B OBRA OU SERVICO DE ROTINA ATE 15000,00	UN	2,00	R\$ 103,03	R\$ 132,49	R\$ 264,98	264,98 100,00%	0,00 0,00%	264,98 100,00%
2.			INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	R\$ 36.939,04							
2.1	012059	SBC	CONTAINER ALMOXARIFADO S/ ACAB.C/PRATELEIRAS 6,05x2,44x2,57	MES	2,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.607,50	R\$ 3.215,00	1.607,50 50,00%	1.607,50 50,00%	3.215,00 100,00%
2.2	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE	m²	4,25	R\$ 463,08	R\$ 595,52	R\$ 2.530,96	2.530,96 100,00%	0,00 0,00%	2.530,96 100,00%
2.3	121467	SBC	TELA PLASTICA DE PROTECAO EXTERNA MALHA 1.1/4""x1,5m	m²	200,00	R\$ 7,53	R\$ 9,68	R\$ 1.936,00	1.936,00 100,00%	0,00 0,00%	1.936,00 100,00%
2.4	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M	88,00	R\$ 26,86	R\$ 34,54	R\$ 3.039,52	1.519,76 50,00%	1.519,76 50,00%	3.039,52 100,00%
2.5	00036153	SINAPI	TALABARTE DE SEGURANCA, 2 MOSQUETOES TRAVA DUPLA *53* MM DE ABERTURA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA	UN	4,00	R\$ 193,13	R\$ 248,36	R\$ 993,44	993,44 100,00%	0,00 0,00%	993,44 100,00%
2.6	97045	SINAPI	LINHA DE VIDA TIPO VARAL DE SEGURANÇA COM CABO DE AÇO PARA PROTEÇÃO DE PERIFERIA PARA EDIFÍCIOS ACIMA DE 8 PAVIMENTOS. AF_03/2024	M	78,00	R\$ 31,28	R\$ 40,22	R\$ 3.137,16	3.137,16 100,00%	0,00 0,00%	3.137,16 100,00%
2.7	017034	SBC	ALUGUEL MENSAL ANDAIME TUBULAR	MES	2,00	R\$ 661,53	R\$ 850,72	R\$ 1.701,44	850,72 50,00%	850,72 50,00%	1.701,44 100,00%
2.8	104913	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - CHP DIURNO. AF_01/2024	CHP	296,00	R\$ 53,56	R\$ 68,87	R\$ 20.385,52	10.192,76 50,00%	10.192,76 50,00%	20.385,52 100,00%
3			COBERTURA	R\$ 192.040,30							
3.1	97649	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE	m²	750,00	R\$ 4,96	R\$ 6,37	R\$ 4.777,50	4.777,50 100,00%	0,00 0,00%	4.777,50 100,00%
3.2	100717	SINAPI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	m²	340,00	R\$ 10,85	R\$ 13,95	R\$ 4.743,00	4.743,00 100,00%	0,00 0,00%	4.743,00 100,00%
3.3	100745	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA	m²	340,00	R\$ 27,98	R\$ 35,98	R\$ 12.233,20	12.233,20 100,00%	0,00 0,00%	12.233,20 100,00%
3.4	100516	SBC	PLACA POLICARBONATO ALVEOLAR EM CAIXILHO ALUMINIO DE COBERTURA	m²	750,00	R\$ 92,15	R\$ 118,50	R\$ 88.875,00	44.437,50 50,00%	44.437,50 50,00%	88.875,00 100,00%
3.5	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	60,00	R\$ 26,51	R\$ 34,09	R\$ 2.045,40	1.022,70 50,00%	1.022,70 50,00%	2.045,40 100,00%
3.6	160290	SBC	MANTA ASFALTICA POLIMERICA PARA PROTECAO DE COBERTURAS	m²	240,00	R\$ 72,09	R\$ 92,70	R\$ 22.248,00	11.124,00 50,00%	11.124,00 50,00%	22.248,00 100,00%
3.7	150616	SBC	VEDACAO DE CAIXILHO DE ALUMINIO COM SELANTE E ADESIVO	M	340,00	R\$ 21,76	R\$ 27,98	R\$ 9.513,20	4.756,60 50,00%	4.756,60 50,00%	9.513,20 100,00%
3.8	00000585	SINAPI	PERFIL EM ALUMINIO, FORMATO U, ABAS IGUAIS, LARGURA DE 25,4 MM (1"), ESPESSURA DE 2,38 MM	KG	397,00	R\$ 34,53	R\$ 44,40	R\$ 17.626,80	8.813,40 50,00%	8.813,40 50,00%	17.626,80 100,00%
3.9	00020259	SINAPI	PERFIL DE BORRACHA EPDM MACICO *12 X 15* MM PARA ESQUADRIAS	M	1.715,00	R\$ 13,60	R\$ 17,48	R\$ 29.978,20	14.989,10 50,00%	14.989,10 50,00%	29.978,20 100,00%
4			SERVIÇOS FINAIS	10.093,68							
4.1	023725	SBC	REMOCAO DE ENTULHO CARGA MANUAL EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M3	m³	47,00	R\$ 45,59	R\$ 58,62	R\$ 2.755,14	0,00 0,00%	2.755,14 100,00%	2.755,14 100,00%
4.2	210023	SBC	LIMPEZA FINAL DE OBRAS	m²	132,00	R\$ 31,36	R\$ 40,32	R\$ 5.322,24	0,00 0,00%	5.322,24 100,00%	5.322,24 100,00%
4.3	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO	M3XKM	470	R\$ 3,34	R\$ 4,29	R\$ 2.016,30	0,00 0,00%	2.016,30 100,00%	2.016,30 100,00%
				TOTAL MÊS					R\$ 156.244,48	R\$ 135.721,92	R\$ 291.966,40
				% TOTAL MÊS					54%	46%	100%
				VALOR TOTAL GRUPO 1 COM BDI					R\$ 291.966,40		

APÊNDICE XIII

Planilha Orçamentária Analítica



Obra
Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno do
Centro de Coordenação-Geral – Brasília/DF

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Distrito Federal 28,6%
SBC - 02/2026 - Distrito Federal
SICRO3 - 10/2025 - Distrito
Federal

B.D.I.

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Planilha Orçamentária Analítica

1		ADMINISTRAÇÃO LOCAL							52.893,38
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	130,19	130,19	
Composição Auxiliar	95402	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,00000000	1,79	1,79	
Insumo	00002706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	121,89	121,89	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,00000000	0,11	0,11	
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,00000000	0,78	0,78	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,00000000	1,31	1,31	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,00000000	4,29	4,29	
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,00000000	0,02	0,02	
				MO sem LS =>	123,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	123,68
				Valor do BDI =>	37,23			Valor com BDI =>	167,42
						Quant. =>	132,00	Preço Total =>	22.099,44

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	30,33	30,33	
Composição Auxiliar	95401	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCARREGADO GERAL (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	0,45	0,45	
Insumo	00043487	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,31	1,31	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,52	1,52	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043463	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,12	0,12	
Insumo	00004083	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,44	21,44	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,29	4,29	
				MO sem LS =>	21,89	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,89

Valor do BDI => 8,67
Quant. => 264,00
Valor com BDI => 39,00
Preço Total => 10.296,00

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	59,60	59,60	
Composição Auxiliar	100299	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	0,91	0,91	
Insumo	00040943	SINAPI	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	50,77	50,77	
Insumo	00043482	SINAPI	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,64	0,64	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,52	1,52	
Insumo	00043458	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,05	0,05	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,29	4,29	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,31	1,31	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11	
				MO sem LS =>	51,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	51,68
				Valor do BDI =>	17,04			Valor com BDI =>	76,64
					Quant. =>	264,00	Preço Total =>		20.232,96

1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	016580	SBC	A R T TABELA B OBRA OU SERVICO DE ROTINA ATE 15000,00	DESPESAS LEGAIS	UN	1,0000000	103,03	103,03	
Insumo	083516	SBC	TAXA DE A R T TABELA A DO CREA ATE 15000,00	Material	UN	1,0000000	103,03	103,03	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	29,46			Valor com BDI =>	132,49
					Quant. =>	2,00	Preço Total =>		264,98

2			INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS						36.939,04
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	012059	SBC	CONTAINER ALMOXARIFADO S/ ACAB.C/PRATELEIRAS 6,05x2,44x2,57	INSTALACOES PROVISORIAS	MES	1,0000000	1.250,00	1.250,00	
Insumo	010075	SBC	ALUGUEL MENSAL CONTAINER ALMOXARIFADO 6,0x2,4m SEM SANITARIO	Material	MES	1,0000000	1.250,00	1.250,00	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	357,50			Valor com BDI =>	1.607,50

Quant. => 2,00 Preço Total => 3.215,00

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	Sinalização Vertical Viária	m²	1,0000000	463,08	463,08		
Composição Auxiliar	102234	SINAPI	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	PINT - PINTURAS	m²	0,5000000	24,05	12,02		
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3729000	30,44	11,35		
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,1186000	23,92	26,75		
Insumo	00005065	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	Material	KG	0,0113000	33,86	0,38		
Insumo	00005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0132000	18,14	0,23		
Insumo	00004509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	3,2083000	3,85	12,35		
Insumo	00004813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	Material	m²	1,0000000	400,00	400,00		
					MO sem LS =>	29,54	LS =>	0,00	MO com LS =>	29,54
					Valor do BDI =>	132,44			Valor com BDI =>	595,52
					Quant. =>	4,25	Preço Total =>	2.530,96		

2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	121467	SBC	TELA PLASTICA DE PROTECAO EXTERNA MALHA 1.1/4""x1,5m	REVESTIMENTOS EXTERNOS	m²	1,0000000	7,53	7,53	
Insumo	099449	SBC	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	Mão de Obra	H	0,3400000	15,46	5,25	
Insumo	055109	SBC	TELA PLASTICA DE SINALIZACAO LISTADA LARANJA E BRANCO	Material	m²	1,1000000	2,08	2,28	
				MO sem LS =>	5,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	5,25
				Valor do BDI =>	2,15			Valor com BDI =>	9,68
						Quant. =>	200,00	Preço Total =>	1.936,00

2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	Equipamentos de Proteção Coletiva	M	1,0000000	26,86	26,86
Composição Auxiliar	100251	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE AÇO CARBONO LEVE OU MÉDIO, PRETO OU GALVANIZADO, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 32 MM E MENOR OU IGUAL A 65 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MXKM	0,4020000	14,63	5,88
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1331000	23,92	3,18

Composição Auxiliar	88278 SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6977000	25,52	17,80
			MO sem LS =>	17,77	LS =>	0,00	17,77
			Valor do BDI =>	7,68			34,54
			Quant. =>	88,00	Preço Total =>	3.039,52	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	00036153	SINAPI	TALABARTE DE SEGURANCA, 2 MOSQUETOES TRAVA DUPLA *53* MM DE ABERTURA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA	Material	UN	1,0000000	193,13	193,13
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	0,00
				Valor do BDI =>				248,36
				Quant. =>	4,00	Preço Total =>	993,44	

2.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97045	SINAPI	LINHA DE VIDA TIPO VARAL DE SEGURANÇA COM CABO DE AÇO PARA PROTEÇÃO DE PERIFERIA PARA EDIFÍCIOS ACIMA DE 8 PAVIMENTOS. AF_03/2024	Equipamentos de Proteção Coletiva	M	1,0000000	31,28	31,28
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,4310056	30,44	13,11
Composição Auxiliar	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0478895	24,33	1,16
Insumo	00041946	SINAPI	ABRACADEIRA EM AÇO GALVANIZADO PARA SISTEMA DE LINHA DE VIDA, PARA POSTE TUBULAR DE DIAMETRO 3" E CABO DE AÇO DE DIAMETRO 12,7 MM (1/2")	Material	UN	0,0163000	0,00	0,00
Insumo	00041950	SINAPI	GRAMPO PESADO FORJADO EM AÇO CARBONO 1045 GALVANIZADO (CLIP'S) PARA CABO DE AÇO DE DIAMETRO 12,7 MM (1/2") (FS FF-C-450D, TIPO 1, CLASSE 1)	Material	UN	0,0897000	0,00	0,00
Insumo	00041957	SINAPI	SISTEMA DE LINHA DE VIDA TIPO VARAL DE SEGURANCA COM POSTE TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO 3", COMPRIMENTO = 7,50 M, SEM FURACAO, COM ACESSORIOS, INCLUINDO PINO DE TRAVAMENTO E SAPATA BASE DE FIXACAO	Material	UN	0,0054000	0,00	0,00
Insumo	00041947	SINAPI	ESTICADOR FORJADO PARA CABO DE AÇO DE DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), TIPO GANCHO X OLHAL (DIN 1480)	Material	UN	0,0150000	0,00	0,00
Insumo	00041952	SINAPI	MANILHA RETA PESADA PADRAO "D", CORPO EM AÇO CARBONO 1045 E PINO REFORCADO EM AÇO ALLOY, GALVANIZADO, ROSCADO, DIAMETRO 1/2"	Material	UN	0,0150000	0,00	0,00
Insumo	00041955	SINAPI	CABO DE AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), COM ALMA DE AÇO CABO INDEPENDENTE 6 X 25 F	Material	KG	0,2542000	66,94	17,01
				MO sem LS =>	10,08	LS =>	0,00	10,08
				Valor do BDI =>	8,94			40,22
				Quant. =>	78,00	Preço Total =>	3.137,16	

2.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	017034	SBC	ALUGUEL MENSAL ANDAIME TUBULAR	TRANSPORTES E CARRETOS	MES	1,0000000	661,53	661,53

Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	14,9240000	15,46	230,78	
Insumo	021258	SBC	ALUGUEL ANDAIME TUBULAR 2 QUADROS DIAGONAIS DE 2,0m	Material	MES	10,0000000	20,20	202,00	
Insumo	021259	SBC	ALUGUEL MENSAL 4 SAPATAS PARA ANDAIME TUBULAR	Material	MES	1,0000000	3,75	3,75	
Insumo	021257	SBC	ANDAIME DIAGONAL TUBULAR 2 QUADROS 1,50m x 1,50m	Material	M2/MES	10,0000000	22,50	225,00	
				MO sem LS =>	230,78	LS =>	0,00	MO com LS =>	230,78
				Valor do BDI =>	189,19			Valor com BDI =>	850,72
						Quant. =>	2,00	Preço Total =>	1.701,44

2.8	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	104913	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - CHP DIURNO. AF_01/2024	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos		CHP	1,0000000	53,56	53,56
Composição Auxiliar	104910	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - JUROS. AF_01/2024	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais		H	1,0000000	0,00	0,00
Composição Auxiliar	88296	SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS		H	1,0000000	26,02	26,02
Composição Auxiliar	104911	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - MANUTENÇÃO. AF_01/2024	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais		H	1,0000000	0,00	0,00
Composição Auxiliar	104909	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - DEPRECIAÇÃO. AF_01/2024	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais		H	1,0000000	0,00	0,00
Composição Auxiliar	104912	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_01/2024	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	27,54	27,54
				MO sem LS =>	17,97	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,97
				Valor do BDI =>	15,31			Valor com BDI =>	68,87
						Quant. =>	296,00	Preço Total =>	20.385,52

3			COBERTURA					192.040,30	
3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97649	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,0000000	4,96	4,96	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1222000	23,92	2,92	
Composição Auxiliar	93288	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,0031000	176,13	0,54	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0432000	30,17	1,30	
Composição Auxiliar	93287	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,0006000	346,91	0,20	
				MO sem LS =>	2,78	LS =>	0,00	MO com LS =>	2,78
				Valor do BDI =>	1,41			Valor com BDI =>	6,37

Quant. => 750,00 Preço Total => 4.777,50

3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100717	SINAPI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	1,0000000	10,85	10,85	
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2986000	32,57	9,72	
Auxiliar Insumo	00003768	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	Material	UN	0,3000000	3,79	1,13	
				MO sem LS =>	6,49	LS =>	0,00	MO com LS =>	6,49
				Valor do BDI =>	3,10			Valor com BDI =>	13,95
						Quant. =>	340,00	Preço Total =>	4.743,00

3.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	100745	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	1,0000000	27,98	27,98		
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,5266000	32,57	17,15		
Auxiliar Insumo	00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	Material	L	0,0620000	18,41	1,14		
Insumo	00007292	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	Material	L	0,2067000	46,92	9,69		
					MO sem LS =>	11,45	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,45
					Valor do BDI =>	8,00			Valor com BDI =>	35,98
						Quant. =>	340,00	Preço Total =>	12.233,20	

3.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100516	SBC	PLACA POLICARBONATO ALVEOLAR EM CAIXILHO ALUMINIO DE COBERTURA	COBERTURAS	m²	1,0000000	92,15	92,15	
Insumo	070105	SBC	FITA 3M DUPLA FACE VHB 4905 12mmx20m PARA POLICARBONATO	Material	M	1,6840000	1,02	1,71	
Insumo	070113	SBC	CHAPA DE POLICARBONATO ALVEOLAR 2,10x6,0mx10mm	Material	m²	1,0500000	75,39	79,15	
Insumo	099661	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - VIDRACEIRO	Mão de Obra	H	0,3400000	15,06	5,12	
Insumo	099537	SBC	VIDRACEIRO	Mão de Obra	H	0,2940000	21,01	6,17	
				MO sem LS =>	11,29	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,29
				Valor do BDI =>	26,35			Valor com BDI =>	118,50
						Quant. =>	750,00	Preço Total =>	88.875,00

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------

Insumo	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	1,0000000	26,51	26,51	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>				Valor com BDI =>	34,09
						Quant. =>	60,00	Preço Total =>	2.045,40

3.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	160290	SBC	MANTA ASFALTICA POLIMERICA PARA PROTECAO DE COBERTURAS	TRATAMENTOS E IMPERMEABILIZACOES	m²	1,0000000	72,09	72,09		
Insumo	056101	SBC	MANTA ASFALTICA 3mm ALUMINIO OTTO BAUMGART	Material	m²	1,1000000	43,00	47,30		
Insumo	099618	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - IMPERMEABILIZADOR	Mão de Obra	H	0,6800000	15,46	10,51		
Insumo	099024	SBC	IMPERMEABILIZADOR	Mão de Obra	H	0,6800000	21,01	14,28		
					MO sem LS =>	24,79	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,79
					Valor do BDI =>	20,61			Valor com BDI =>	92,70
							Quant. =>	240,00	Preço Total =>	22.248,00

3.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	150616	SBC	VEDACAO DE CAIXILHO DE ALUMINIO COM SELANTE E ADESIVO	VIDROS	M	1,0000000	21,76	21,76	
Insumo	002085	SBC	SELANTE PARA VEDACOES EM VIDRO E ALUMINIO POLIPLAS (400GR)	Material	UN	0,3500000	21,32	7,46	
Insumo	099537	SBC	VIDRACEIRO	Mão de Obra	H	0,6810000	21,01	14,30	
				MO sem LS =>	14,30	LS =>	0,00	MO com LS =>	14,30
				Valor do BDI =>	6,22			Valor com BDI =>	27,98
						Quant. =>	340,00	Preço Total =>	9.513,20

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Insumo	00000585	SINAPI	PERFIL EM ALUMINIO, FORMATO U, ABAS IGUAIS, LARGURA DE 25,4 MM (1"), ESPESSURA DE 2,38 MM (3/32") E PESO LINEAR DE APROXIMADAMENTE 0,460 KG/M	Material	KG	1,0000000	34,53	34,53	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>				Valor com BDI =>	44,40
						Quant. =>	397,00	Preço Total =>	17.626,80

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Insumo	00020259	SINAPI	PERFIL DE BORRACHA EPDM MACICO *12 X 15* MM PARA ESQUADRIAS	Material	M	1,0000000	13,60	13,60	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>				Valor com BDI =>	17,48

Quant. => 1.715,00 Preço Total => 29.978,20

4			SERVIÇOS FINAIS					10.093,68	
4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	023725	SBC	REMOCAO DE ENTULHO CARGA MANUAL EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M3	REFORMA E RECONSTRUCAO	m³	1,0000000	45,59	45,59	
Insumo	032081	SBC	CAMINHÃO BASC.MERCEDES LK 620/42 6,0m3 200CV	Material	H	0,2400000	135,00	32,40	
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,8530000	15,46	13,19	
				MO sem LS =>	13,19	LS =>	0,00	MO com LS =>	13,19
				Valor do BDI =>	13,03			Valor com BDI =>	58,62
						Quant. =>	47,00	Preço Total =>	2.755,14

4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	210023	SBC	LIMPEZA FINAL DE OBRAS	LIMPEZA	m²	1,0000000	31,36	31,36	
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	2,0000000	15,46	30,92	
Insumo	001500	SBC	ESTOPA COMUM EMBALAGEM 200 GRAMAS	Material	UN	0,0900000	4,90	0,44	
				MO sem LS =>	30,92	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,92
				Valor do BDI =>	8,96			Valor com BDI =>	40,32
						Quant. =>	132,00	Preço Total =>	5.322,24

4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1,00000000	3,34	3,34	
Composição Auxiliar	67827	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,00650000	67,29	0,43	
Composição Auxiliar	67826	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,01520000	191,74	2,91	
				MO sem LS =>	0,48	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,48
				Valor do BDI =>	0,95			Valor com BDI =>	4,29
						Quant. =>	470,00	Preço Total =>	2.016,30

Total sem BDI 227.069,37
Total do BDI 64.897,03

Censipam
CNPJ: 07.129.796/0004-79

Total Geral

291.966,40

CCG
Outros



Obra
Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno do
Centro de Coordenação-Geral – Brasília/DF

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Distrito Federal 28,6%
SBC - 02/2026 - Distrito Federal
SICRO3 - 10/2025 - Distrito
Federal

B.D.I.

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Planilha Orçamentária Analítica

1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL						52.893,38
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	130,19	130,19	
Composição Auxiliar	95402	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,00000000	1,79	1,79	
Insumo	00002706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	121,89	121,89	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,00000000	0,11	0,11	
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,00000000	0,78	0,78	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,00000000	1,31	1,31	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,00000000	4,29	4,29	
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,00000000	0,02	0,02	
				MO sem LS =>	123,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	123,68
				Valor do BDI =>	37,23			Valor com BDI =>	167,42
						Quant. =>	132,00	Preço Total =>	22.099,44

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	30,33	30,33	
Composição Auxiliar	95401	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCARREGADO GERAL (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	0,45	0,45	
Insumo	00043487	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,31	1,31	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,52	1,52	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043463	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,12	0,12	
Insumo	00004083	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,44	21,44	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,29	4,29	
				MO sem LS =>	21,89	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,89

Valor do BDI => 8,67 Valor com BDI => 39,00
Quant. => 264,00 Preço Total => 10.296,00

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	59,60	59,60
Composição Auxiliar	100299	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	0,91	0,91
Insumo	00040943	SINAPI	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	50,77	50,77
Insumo	00043482	SINAPI	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,64	0,64
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,52	1,52
Insumo	00043458	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,05	0,05
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,29	4,29
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,31	1,31
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
MO sem LS =>					LS =>	0,00	MO com LS =>	51,68
Valor do BDI =>							Valor com BDI =>	17,04
					Quant. =>	264,00	Preço Total =>	20.232,96

1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	016580	SBC	A R T TABELA B OBRA OU SERVICO DE ROTINA ATE 15000,00	DESPESAS LEGAIS	UN	1,0000000	103,03	103,03
Insumo	083516	SBC	TAXA DE A R T TABELA A DO CREA ATE 15000,00	Material	UN	1,0000000	103,03	103,03
MO sem LS =>					LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>							Valor com BDI =>	29,46
					Quant. =>	2,00	Preço Total =>	264,98

2			INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS					36.939,04
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	012059	SBC	CONTAINER ALMOXARIFADO S/ ACAB.C/PRATELEIRAS 6,05x2,44x2,57	INSTALACOES PROVISORIAS	MES	1,0000000	1.250,00	1.250,00
Insumo	010075	SBC	ALUGUEL MENSAL CONTAINER ALMOXARIFADO 6,0x2,4m SEM SANITARIO	Material	MES	1,0000000	1.250,00	1.250,00
MO sem LS =>					LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>							Valor com BDI =>	357,50
								1.607,50

Quant. => 2,00 Preço Total => 3.215,00

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	Sinalização Vertical Viária	m²	1,0000000	463,08	463,08		
Composição Auxiliar	102234	SINAPI	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	PINT - PINTURAS	m²	0,5000000	24,05	12,02		
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3729000	30,44	11,35		
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,1186000	23,92	26,75		
Insumo	00005065	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	Material	KG	0,0113000	33,86	0,38		
Insumo	00005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0132000	18,14	0,23		
Insumo	00004509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	3,2083000	3,85	12,35		
Insumo	00004813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	Material	m²	1,0000000	400,00	400,00		
					MO sem LS =>	29,54	LS =>	0,00	MO com LS =>	29,54
					Valor do BDI =>	132,44			Valor com BDI =>	595,52
					Quant. =>	4,25	Preço Total =>	2.530,96		

2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	121467	SBC	TELA PLASTICA DE PROTECAO EXTERNA MALHA 1.1/4""x1,5m	REVESTIMENTOS EXTERNOS	m²	1,0000000	7,53	7,53	
Insumo	099449	SBC	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	Mão de Obra	H	0,3400000	15,46	5,25	
Insumo	055109	SBC	TELA PLASTICA DE SINALIZACAO LISTADA LARANJA E BRANCO	Material	m²	1,1000000	2,08	2,28	
				MO sem LS =>	5,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	5,25
				Valor do BDI =>	2,15			Valor com BDI =>	9,68
					Quant. =>	200,00	Preço Total =>		1.936,00

2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	Equipamentos de Proteção Coletiva	M	1,0000000	26,86	26,86
Composição Auxiliar	100251	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE AÇO CARBONO LEVE OU MÉDIO, PRETO OU GALVANIZADO, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 32 MM E MENOR OU IGUAL A 65 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MXKM	0,4020000	14,63	5,88
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1331000	23,92	3,18

Composição Auxiliar	88278 SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6977000	25,52	17,80
			MO sem LS =>	17,77	LS =>	0,00	17,77
			Valor do BDI =>	7,68			34,54
			Quant. =>	88,00	Preço Total =>	3.039,52	

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	00036153	SINAPI	TALABARTE DE SEGURANCA, 2 MOSQUETOES TRAVA DUPLA *53* MM DE ABERTURA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA	Material	UN	1,0000000	193,13	193,13
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	0,00
				Valor do BDI =>				248,36
				Quant. =>	4,00	Preço Total =>	993,44	

2.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97045	SINAPI	LINHA DE VIDA TIPO VARAL DE SEGURANÇA COM CABO DE AÇO PARA PROTEÇÃO DE PERIFERIA PARA EDIFÍCIOS ACIMA DE 8 PAVIMENTOS. AF_03/2024	Equipamentos de Proteção Coletiva	M	1,0000000	31,28	31,28
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,4310056	30,44	13,11
Composição Auxiliar	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0478895	24,33	1,16
Insumo	00041946	SINAPI	ABRACADEIRA EM AÇO GALVANIZADO PARA SISTEMA DE LINHA DE VIDA, PARA POSTE TUBULAR DE DIAMETRO 3" E CABO DE AÇO DE DIAMETRO 12,7 MM (1/2")	Material	UN	0,0163000	0,00	0,00
Insumo	00041950	SINAPI	GRAMPO PESADO FORJADO EM AÇO CARBONO 1045 GALVANIZADO (CLIP'S) PARA CABO DE AÇO DE DIAMETRO 12,7 MM (1/2") (FS FF-C-450D, TIPO 1, CLASSE 1)	Material	UN	0,0897000	0,00	0,00
Insumo	00041957	SINAPI	SISTEMA DE LINHA DE VIDA TIPO VARAL DE SEGURANCA COM POSTE TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO 3", COMPRIMENTO = 7,50 M, SEM FURACAO, COM ACESSORIOS, INCLUINDO PINO DE TRAVAMENTO E SAPATA BASE DE FIXACAO	Material	UN	0,0054000	0,00	0,00
Insumo	00041947	SINAPI	ESTICADOR FORJADO PARA CABO DE AÇO DE DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), TIPO GANCHO X OLHAL (DIN 1480)	Material	UN	0,0150000	0,00	0,00
Insumo	00041952	SINAPI	MANILHA RETA PESADA PADRAO "D", CORPO EM AÇO CARBONO 1045 E PINO REFORCADO EM AÇO ALLOY, GALVANIZADO, ROSCADO, DIAMETRO 1/2"	Material	UN	0,0150000	0,00	0,00
Insumo	00041955	SINAPI	CABO DE AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), COM ALMA DE AÇO CABO INDEPENDENTE 6 X 25 F	Material	KG	0,2542000	66,94	17,01
				MO sem LS =>	10,08	LS =>	0,00	10,08
				Valor do BDI =>	8,94			40,22
				Quant. =>	78,00	Preço Total =>	3.137,16	

2.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	017034	SBC	ALUGUEL MENSAL ANDAIME TUBULAR	TRANSPORTES E CARRETOS	MES	1,0000000	661,53	661,53

Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	14,9240000	15,46	230,78	
Insumo	021258	SBC	ALUGUEL ANDAIME TUBULAR 2 QUADROS DIAGONAIS DE 2,0m	Material	MES	10,0000000	20,20	202,00	
Insumo	021259	SBC	ALUGUEL MENSAL 4 SAPATAS PARA ANDAIME TUBULAR	Material	MES	1,0000000	3,75	3,75	
Insumo	021257	SBC	ANDAIME DIAGONAL TUBULAR 2 QUADROS 1,50m x 1,50m	Material	M2/MES	10,0000000	22,50	225,00	
				MO sem LS =>	230,78	LS =>	0,00	MO com LS =>	230,78
				Valor do BDI =>	189,19			Valor com BDI =>	850,72
						Quant. =>	2,00	Preço Total =>	1.701,44

2.8	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	104913	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - CHP DIURNO. AF_01/2024	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos		CHP	1,0000000	53,56	53,56
Composição Auxiliar	104910	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - JUROS. AF_01/2024	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais		H	1,0000000	0,00	0,00
Composição Auxiliar	88296	SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS		H	1,0000000	26,02	26,02
Composição Auxiliar	104911	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - MANUTENÇÃO. AF_01/2024	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais		H	1,0000000	0,00	0,00
Composição Auxiliar	104909	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - DEPRECIAÇÃO. AF_01/2024	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais		H	1,0000000	0,00	0,00
Composição Auxiliar	104912	SINAPI	GUINDASTE DERRICK, LANÇA DE *20* M, CARGA MÁXIMA 10T, POTÊNCIA 45 KW - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_01/2024	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		H	1,0000000	27,54	27,54
				MO sem LS =>	17,97	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,97
				Valor do BDI =>	15,31			Valor com BDI =>	68,87
						Quant. =>	296,00	Preço Total =>	20.385,52

3			COBERTURA					192.040,30	
3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97649	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,0000000	4,96	4,96	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1222000	23,92	2,92	
Composição Auxiliar	93288	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,0031000	176,13	0,54	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0432000	30,17	1,30	
Composição Auxiliar	93287	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,0006000	346,91	0,20	
				MO sem LS =>	2,78	LS =>	0,00	MO com LS =>	2,78
				Valor do BDI =>	1,41			Valor com BDI =>	6,37

Quant. => 750,00 Preço Total => 4.777,50

3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100717	SINAPI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	1,0000000	10,85	10,85	
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2986000	32,57	9,72	
Auxiliar Insumo	00003768	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	Material	UN	0,3000000	3,79	1,13	
				MO sem LS =>	6,49	LS =>	0,00	MO com LS =>	6,49
				Valor do BDI =>	3,10			Valor com BDI =>	13,95
						Quant. =>	340,00	Preço Total =>	4.743,00

3.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	100745	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	1,0000000	27,98	27,98		
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,5266000	32,57	17,15		
Auxiliar Insumo	00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	Material	L	0,0620000	18,41	1,14		
Insumo	00007292	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	Material	L	0,2067000	46,92	9,69		
					MO sem LS =>	11,45	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,45
					Valor do BDI =>	8,00			Valor com BDI =>	35,98
						Quant. =>	340,00	Preço Total =>	12.233,20	

3.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100516	SBC	PLACA POLICARBONATO ALVEOLAR EM CAIXILHO ALUMINIO DE COBERTURA	COBERTURAS	m²	1,0000000	92,15	92,15	
Insumo	070105	SBC	FITA 3M DUPLA FACE VHB 4905 12mmx20m PARA POLICARBONATO	Material	M	1,6840000	1,02	1,71	
Insumo	070113	SBC	CHAPA DE POLICARBONATO ALVEOLAR 2,10x6,0mx10mm	Material	m²	1,0500000	75,39	79,15	
Insumo	099661	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - VIDRACEIRO	Mão de Obra	H	0,3400000	15,06	5,12	
Insumo	099537	SBC	VIDRACEIRO	Mão de Obra	H	0,2940000	21,01	6,17	
				MO sem LS =>	11,29	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,29
				Valor do BDI =>	26,35			Valor com BDI =>	118,50
						Quant. =>	750,00	Preço Total =>	88.875,00

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------

Insumo	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	1,0000000	26,51	26,51	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>				Valor com BDI =>	34,09
						Quant. =>	60,00	Preço Total =>	2.045,40

3.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	160290	SBC	MANTA ASFALTICA POLIMERICA PARA PROTECAO DE COBERTURAS	TRATAMENTOS E IMPERMEABILIZACOES	m²	1,0000000	72,09	72,09	
Insumo	056101	SBC	MANTA ASFALTICA 3mm ALUMINIO OTTO BAUMGART	Material	m²	1,1000000	43,00	47,30	
Insumo	099618	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - IMPERMEABILIZADOR	Mão de Obra	H	0,6800000	15,46	10,51	
Insumo	099024	SBC	IMPERMEABILIZADOR	Mão de Obra	H	0,6800000	21,01	14,28	
				MO sem LS =>	24,79	LS =>	0,00	MO com LS =>	24,79
				Valor do BDI =>	20,61			Valor com BDI =>	92,70
						Quant. =>	240,00	Preço Total =>	22.248,00

3.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	150616	SBC	VEDACAO DE CAIXILHO DE ALUMINIO COM SELANTE E ADESIVO	VIDROS	M	1,0000000	21,76	21,76	
Insumo	002085	SBC	SELANTE PARA VEDACOES EM VIDRO E ALUMINIO POLIPLAS (400GR)	Material	UN	0,3500000	21,32	7,46	
Insumo	099537	SBC	VIDRACEIRO	Mão de Obra	H	0,6810000	21,01	14,30	
				MO sem LS =>	14,30	LS =>	0,00	MO com LS =>	14,30
				Valor do BDI =>	6,22			Valor com BDI =>	27,98
						Quant. =>	340,00	Preço Total =>	9.513,20

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Insumo	00000585	SINAPI	PERFIL EM ALUMINIO, FORMATO U, ABAS IGUAIS, LARGURA DE 25,4 MM (1"), ESPESSURA DE 2,38 MM (3/32") E PESO LINEAR DE APROXIMADAMENTE 0,460 KG/M	Material	KG	1,0000000	34,53	34,53	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>				Valor com BDI =>	44,40
						Quant. =>	397,00	Preço Total =>	17.626,80

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Insumo	00020259	SINAPI	PERFIL DE BORRACHA EPDM MACICO *12 X 15* MM PARA ESQUADRIAS	Material	M	1,0000000	13,60	13,60	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>				Valor com BDI =>	17,48

Quant. => 1.715,00 Preço Total => 29.978,20

4			SERVIÇOS FINAIS					10.093,68	
4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	023725	SBC	REMOCAO DE ENTULHO CARGA MANUAL EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M3	REFORMA E RECONSTRUCAO	m³	1,0000000	45,59	45,59	
Insumo	032081	SBC	CAMINHÃO BASC.MERCEDES LK 620/42 6,0m3 200CV	Material	H	0,2400000	135,00	32,40	
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,8530000	15,46	13,19	
				MO sem LS =>	13,19	LS =>	0,00	MO com LS =>	13,19
				Valor do BDI =>	13,03			Valor com BDI =>	58,62
						Quant. =>	47,00	Preço Total =>	2.755,14

4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	210023	SBC	LIMPEZA FINAL DE OBRAS	LIMPEZA	m²	1,0000000	31,36	31,36	
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	2,0000000	15,46	30,92	
Insumo	001500	SBC	ESTOPA COMUM EMBALAGEM 200 GRAMAS	Material	UN	0,0900000	4,90	0,44	
				MO sem LS =>	30,92	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,92
				Valor do BDI =>	8,96			Valor com BDI =>	40,32
						Quant. =>	132,00	Preço Total =>	5.322,24

4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1,00000000	3,34	3,34	
Composição Auxiliar	67827	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,00650000	67,29	0,43	
Composição Auxiliar	67826	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,01520000	191,74	2,91	
				MO sem LS =>	0,48	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,48
				Valor do BDI =>	0,95			Valor com BDI =>	4,29
						Quant. =>	470,00	Preço Total =>	2.016,30

Total sem BDI 227.069,37
Total do BDI 64.897,03

Censipam
CNPJ: 07.129.796/0004-79

Total Geral

291.966,40

CCG
Outros

CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA

Estudo Técnico Preliminar 32/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 60090.000109/2024-92

2. Descrição da necessidade

2.1. O objetivo do presente Estudo Preliminar é levantar os elementos necessários e suficientes para permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno**, com fornecimento de materiais, peças, equipamentos, insumos necessários e **mão de obra não continuada**, a serem executados nas dependências do Centro de Coordenação Geral - CCG, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD - Brasília/DF.

2.2. A cobertura é uma edificação antiga, que já apresenta diversos pontos de vazamento/infiltração que não tem sido solucionado com as ações rotineiras de manutenção predial, necessitando de recuperação dos sistemas de vedação do telhado de policarbonato do CCG, face ao desgaste existente nas Borrachas de vedação EPDM e apodrecimento com respectivo desprendimento da estrutura, havendo ainda, a necessidade de reparo na impermeabilização das cumeeiras e junção das telhas sanduiches metálicas, onde a impermeabilização existente encontra-se desgastada e apresentando pontos de infiltração e goteiras em determinados locais da edificação. Acrescenta-se ainda que, pelo tempo sem a reposição de peças, a situação do sistema é crítica, podendo vir a qualquer momento apresentar mais vazamentos por fim de vida útil do sistema.

2.3. Alia-se a isso a necessidade de preservação da integridade física dos servidores, parceiros, associados e usuários do órgão, ao manter em perfeitas condições de segurança, habitabilidade e funcionamento do Sistema Predial, incluindo os diversos subsistemas.

2.4. A Requisitante não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução dos serviços em questão, razão pela qual se faz necessária contratação de empresa de engenharia, prezando pela economicidade dos investimentos e pelo bom funcionamento das instalações.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COSEG	PAULA AMELIA VELOZO DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação necessários para o atendimento das necessidades do CCG/CENSIPAM/MD são os seguintes:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

4.2. O fornecedor será selecionado mediante procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

4.3. O referido critério de julgamento mostra-se o mais adequado à presente contratação, conforme justificativa apresentada em subtópico específico deste Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Quanto ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, foram identificadas hipóteses de afastamento do tratamento diferenciado, conforme o que prescreve o art. 6º e inciso II, do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

4.4.1. A hipótese de afastamento ocorre para assegurar que a execução seja feita por uma única empresa capaz de assumir a responsabilidade integral pela solução técnica, evitando prejuízos à qualidade e à segurança da obra.

4.5. Esta licitação deverá adotar como critério de avaliação e aferição de resultados dos serviços prestados pela contratada por meio de Declaração de Recebimento Definitivo e/ou Provisório.

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

4.6. A contratação abrangerá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os materiais de consumo e equipamentos, necessários para execução dos serviços.

Da vigência inicial do contrato:

4.7. A presente contratação de serviço não continuado terá a duração do Contrato de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo o período de execução, o recebimento provisório, o recebimento definitivo e os trâmites administrativos finais.

4.8. Ressalta-se que os serviços ora pretendidos não estão compreendidos no escopo de nenhum outro contrato vigente na Instituição

Da implantação, início dos serviços:

4.9. A implantação e o início dos serviços ocorrerão a partir da **data da assinatura do Contrato**.

4.10. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.

Local de execução do serviço:

4.11. Os serviços serão executados no telhado do Centro de Coordenação Geral- CCG, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam sediado no Bloco K, localizado no condômino da Agência Nacional das Águas –ANA, Endereço: SPO Área Especial 05, Quadra 03 Brasília – DF, CEP 70.610-200 Fone: +55 61 3214- 0200.

4.12. Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 18h, ou em outros horários previamente acordados com o fiscal do contrato, a critério da contratada. Em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pela Administração, poderá haver alteração desses horários.

4.13. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da via do contrato devidamente assinada pela contratante.

Subcontratação:

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Das garantias e da execução dos serviços e materiais

4.15. A garantia da execução contratual observará o disposto no Termo de Referência.

4.16. A empresa que prestará o serviço com fornecimento de material e mão de obra, para troca e instalação de Placas de Policarbonato, substituição dos perfis de borracha EPDM de vedação das telhas de policarbonato e reparação na impermeabilização das cumeeiras e junção longitudinal das telhas metálicas sanduíches da cobertura do Centro de Coordenação-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, em substituição e correção dos existentes deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante e todo o suporte necessário à solução de problemas e intermediação com o fabricante e distribuidor para solução rápida de problemas.

4.17. Durante o período de garantia, a adjudicatária assegurará ao CENSIPAM a qualidade da assistência técnica prestada, bem como dos materiais e equipamentos utilizados, responsabilizando-se por quaisquer defeitos de fabricação ou desempenho que venham a ser constatados.

4.18. A garantia abrangerá o reparo e a substituição de materiais e serviços, excetuados apenas aqueles que comprovadamente tenham sofrido desgaste decorrente de uso inadequado, sem qualquer ônus para o CENSIPAM.

4.19. Caso não seja possível a conclusão dos serviços dentro do prazo estabelecido no item 4.7, a adjudicatária deverá apresentar justificativa formal, indicando os motivos do atraso e o novo prazo estimado para a conclusão.

4.20. Caberá exclusivamente à contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos até o local de execução dos serviços.

4.21. Não será admitida a utilização de materiais/peças de reposição reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações /equipamentos, salvo expresso consentimento da contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e de imediata substituição do (s) item (s), sem quaisquer ônus ao Censipam.

- 4.22. Todo material/peça de reposição utilizado pela contratada na forma deste Estudo Técnico deverá guardar absoluta equivalência técnica quanto às especificações e qualidade em relação ao que foi substituído.
- 4.23. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações.
- 4.24. Poderá ser admitida a utilização de material ou peça de qualidade superior à originalmente especificada, desde que tecnicamente compatível, economicamente viável e previamente autorizada pela contratante.
- 4.25. A aplicação de materiais ou peças de qualidade inferior ensejará a imediata regularização por parte da contratada, sem ônus para o CENSIPAM, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 4.26. A fiscalização poderá solicitar, a qualquer tempo, informações ou certificados que comprovem a procedência e a qualidade dos materiais empregados, sem ônus para a contratante.
- 4.27. Todos os serviços em garantia deverão ser executados por profissionais qualificados, em estrita observância às normas técnicas vigentes e às especificações dos fabricantes.
- 4.28. A contratada será responsável pelo fornecimento integral dos materiais, devendo submeter amostra para prévia aprovação da fiscalização, quando solicitado.
- 4.29. A equipe de fiscalização tem o direito de refugar materiais utilizados na obra, solicitando sua substituição. Também possui o direito de solicitar que determinado serviço, executado fora dos padrões de aceitabilidade, seja refeito.
- 4.30. A contratada deverá prestar garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo, obrigando-se a corrigir, sem ônus, quaisquer defeitos de instalação ou fabricação.
- 4.31. O atendimento da assistência, após acionada, deverá ser realizado em no máximo de 01 (um) dia útil, e a solução do problema, em no máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do acionamento da garantia.

Da Vistoria:

- 4.32. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das **10 horas às 15 horas**. O licitante poderá agendar a vistoria através do e-mail: anderson.goddard@sipam.gov.br e katia.silva@sipam.gov.br.
- 4.32.1. Certifica-se que a vistoria não é onerosa nem cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame "in loco" para conhecimento das instalações do Censipam, não podendo alegar, nas fases licitatória e contratual, o desconhecimento das condições de trabalho como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.
- 4.33. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.34. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.35. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.36. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.36.1. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.36.2. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 4.37. As especificações técnicas e a descrição detalhada dos serviços a serem executados no âmbito desta contratação encontram-se descritas no Caderno de Especificações Gerais, documento que integra os anexos deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 4.38. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico, Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.39. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.40. Para a execução deverá ser utilizado andaimes ou equipamento para suspensão, pois, para o acesso e instalação de telhas e rufos, são locais de restrito acesso e perigosos, devido ao risco de queda de uma altura aproximada de 5 metros.

Compete à Contratante:

4.41. Liberar o acesso dos funcionários da contratada ao local da execução do serviço, previamente informado pela mesma.

4.42. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.43. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.44. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.45. Não permitir que os empregados da contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

4.46. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

4.47. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com a IN 05/2017.

4.48. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Estudo Técnico e no Termo de Referência.

Compete à Contratada:

4.49. Fornecer e instalar placas de policarbonato do tipo Aveolar na cor verde e manta impermeabilizante.

4.50. Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes deste Estudo Técnico, do Termo de Referência e de sua proposta, com a adequada alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis, nas quantidades e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e em sua proposta;

4.51. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.52. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.53. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.54. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

4.55. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

4.56. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

4.57. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

4.58. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Estudo Técnico e do Termo de Referência

4.59. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

4.60. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

- 4.61. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 4.62. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.63. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.64. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.65. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 4.66. Deverá fornecer a garantia no prazo de 24 (vinte e quatro) meses dos serviços prestados de instalação e do Fabricante do material fornecido para as devidas instalações constantes no objeto deste Estudo
- 4.67. Remover entulhos, sobra de materiais para o Devido descarte.
- 4.68. Correrá por conta exclusiva da contratada, a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao SPO Área Especial 05 Quadra 03 Bloco K CENSIPAM.
- 4.69. Para a execução dos serviços pretendidos, a contratada deverá:
- 1) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - 2) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;
 - 3) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - 4) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - 5) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, que será procedida pela coleta seletiva de material para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936/22.
 - 6) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sobre resíduos sólidos;
 - 7) fornecer e instalar as placas de policarbonato Aveolar na cor verde, com qualidade e tonalidade iguais as existentes;
 - 8) garantir que seus funcionários utilizem equipamentos de proteção para trabalho em altura;
 - 9) vedar as placas de policarbonato para não permitir a entrada da água;
 - 10) realizar as limpezas dos rufos antes da instalação para a devida remoção da espuma expansiva;
 - 11) fornecer e aplicar a manta impermeabilizante, nos rufos de modo não permitir a entrada da água;
 - 12) entregar a obra em um prazo de execução máximo de 60 (sessenta) dias;
 - 13) recolher as sobras e entulho da obra, bem como responsabilizar-se pela correta destinação dos resíduos produzidos, acondicionando e encaminhando tais subprodutos da execução contratual à processos de reciclagem, quando possível;
 - 14) Deverá orientar os funcionários contratados a utilizarem, durante todo o período de execução dos serviços, os equipamentos de segurança exigidos para trabalhos em altura, conforme a legislação e as normas técnicas aplicáveis;
 - 15) Executar o serviço em etapas, de modo a garanti que a cúpula do telhado e os rufos, não fique com mais de 50% descoberta, devido a execução ocorrer em período chuvoso;
 - 16) Executar os serviços de maneira a não danificar outros materiais componentes do telhado do edifício;
 - 17) Após a instalação de todas as placas de policarbonato, as mesmas deverão ser vedadas, para que não ocorra a entrada de água na parte interna delas;
 - 18) Todos os funcionários envolvidos deverão ser devidamente registrados na empresa contratada, treinados para desempenhar as funções, entre outras documentações pertinentes;

- 19) É obrigatório que todas as normas de segurança do trabalho sejam devidamente respeitadas;
- 20) Todos os funcionários deverão possuir e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução dos serviços, em conformidade com os programas de segurança do trabalho apresentados. Não será permitida a permanência, no local de execução dos serviços, de colaboradores que não estejam utilizando os EPIs exigidos.
- 21) A contratada deverá dispor de equipamentos, EPIs ou EPCs necessários para a execução do serviço;
- 22) Ao final do serviço, todos os locais onde foram executados serviços deverão ser limpos.
- 23) Comprovar inscrição ou registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da sede da licitante, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, que comprove o exercício de atividade compatível com o objeto da contratação. Caso a licitante possua registro em CREA de outra localidade, deverá apresentar, previamente à contratação, o visto do CREA/DF, em plena validade, com indicação de objeto social compatível com a presente licitação, nos termos do inciso V do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 24) Comprovar regularidade perante os órgãos de fiscalização da sua atividade;
- 25) Estar regular com a Receita Federal;

Critérios de Sustentabilidade:

4.70. Como prática de sustentabilidade para a execução dos serviços pretendidos, a contratada deverá adotar:

4.70.1. Por se tratar de serviço de engenharia, em que para obtenção dos fins (produtos) se geram resíduos específicos, convém atentar para o seguinte impacto ambiental: geração de resíduos.

4.70.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.70.2.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.70.2.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados,
- reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- e) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos, no entanto, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender às necessidades da administração;

5.2. Foram utilizados para consulta e embasamento os contratos e editais elencados abaixo:

Pregão Eletrônico Nº 90014/2026 - Hospital Guilherme Álvaro - Santos-/SP (UASG 090141)

Pregão Eletrônico nº 90002/2026 - Grupamento de Apoio de São José Dos Campos - GAP-SJ (UASG 120637)

Pregão Eletrônico nº 45/2025 - Câmara de Vereadores de Itajaí (UASG 926851)

5.3. Na forma do disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal 14.133/21, quanto ao levantamento de mercado, deverá este ETP evidenciar a demanda a ser resolvida e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

5.4. Analisando o mercado, constatamos as seguintes soluções para a contratação ora discutida:

1º Opção: A execução dos serviços com material e mão de obra próprios do Censipam.

2º Opção: A contratação de uma empresa para executar os serviços com fornecimento de mão de obra e material;

3º Opção: A contratação de uma empresa para execução sem o fornecimento de materiais.

5.5. A segunda opção se mostrou mais viável, visto que a responsabilidade da contratante será de fiscalizar o serviço, enquanto a empresa contratada iria executar o serviço. Dessa forma, essa empresa seria responsável pela aquisição e gerenciamento do material e da mão de obra para a execução do serviço. A primeira opção se tornou inviável uma vez que o órgão não dispõe de mão de obra capacitada suficiente e não possui o material licitado. A terceira opção tornou-se inexecutável uma vez que o Censipam não detém estrutura e profissionais com expertise técnica conhecimento de preço de todos os materiais empregados na reforma, e o processo se tornaria moroso até a realização de várias licitações, o que atrasaria a reforma pretendida.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço não continuado de revitalização da cobertura de polycarbonato do Jardim de Inverno, incluindo a substituição e instalação de placas de polycarbonato alveolar na cor verde, com espessura de 10 mm, totalizando 750 m². Os serviços também contemplam o reparo da impermeabilização das cumeeiras e das junções longitudinais das telhas metálicas tipo sanduíche, com fornecimento de todos os materiais, peças, equipamentos, insumos e mão de obra necessários. A execução ocorrerá nas dependências do Centro de Coordenação Geral (CCG) do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM/MD), em Brasília/DF, no prazo de execução de 60 (sessenta) dias, visando atender às necessidades deste Centro Gestor.

6.2. A revitalização abrangerá, ainda, a impermeabilização, limpeza e desobstrução das descidas de águas pluviais, com o objetivo de eliminar infiltrações recorrentes que comprometem a integridade da infraestrutura física da edificação e inviabilizam o uso do espaço durante o período chuvoso. Dessa forma, torna-se necessária a completa revitalização da cobertura de polycarbonato.

6.3. A prestação dos serviços terá início mediante emissão de Ordem de Serviço, a ser expedida após a assinatura do contrato.

6.4. Durante a execução dos serviços, qualquer dano causado ao patrimônio da Contratante será de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá providenciar o reparo imediato.

6.5. A Contratada deverá apresentar, em sua proposta, de forma detalhada, todos os procedimentos e informações necessárias para o acionamento do suporte técnico, bem como as condições de garantia dos serviços e dos materiais aplicados.

6.6. Durante o período de garantia, todos os custos relacionados a frete, deslocamento, transporte e demais despesas para a execução dos serviços correrão por conta da Contratada.

6.7. Todos os funcionários envolvidos na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados na empresa Contratada, capacitados para o desempenho das funções e com toda a documentação pertinente regularizada.

6.8. É obrigatória a observância de todas as normas de segurança do trabalho vigentes.

6.9. Os funcionários deverão utilizar, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelos programas de segurança do trabalho apresentados. Não será permitida a permanência no local da obra de colaboradores que não estejam utilizando os EPIs adequados.

6.10. A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) necessários à execução dos serviços.

- 6.11. O fornecimento dos materiais será de responsabilidade da Contratada, devendo uma amostra ser previamente aprovada pela equipe de fiscalização.
- 6.12. A equipe de fiscalização terá o direito de recusar materiais que não atendam aos padrões exigidos, podendo solicitar sua substituição. Também poderá exigir a reexecução de serviços que não estejam em conformidade com os critérios de aceitabilidade.
- 6.13. Ao término dos serviços, todos os locais de execução deverão ser devidamente limpos e organizados.
- 6.14. A contratação é classificada como serviço comum de engenharia voltado à revitalização e substituição de placas de policarbonato, priorizando a equivalência técnica com o sistema já existente no local. Dessa forma, torna-se desnecessária a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O presente processo visa a contratação do item relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID	QTD	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno , visando a troca e instalação estimada de 88 (oitenta e oito) Placas de Policarbonato do tipo Aveolar, na Cor verde de 10mm, no formato de trapézio retângulo, em um total de 750m² de placas.	019224	m²	750	R\$ 291.966,40
TOTAL GERAL					R\$ 291.966,40

- 7.2. O custo estimado da contratação é de aproximadamente **R\$ 291.966,40** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).
- 7.3. Cada componente precisa estar adequado tecnologicamente aos demais, ser compatíveis e complementares entre si, para garantir a compatibilidade com toda a infraestrutura, objetivando a garantia do bom funcionamento e interoperabilidade do sistema, com o serviço de modernização, que por razões técnicas e econômicas devem ser executadas em conjunto, pois fazem parte de um todo.
- 7.4 Em conformidade com o Decreto Nº 7.983 de 2013, por se tratar de obra de engenharia, para elaborar a estimativa de preços foram utilizados os quantitativos levantados in loco, bem como os valores correspondentes aos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices – SINAPI , Sistemas e Consultorias de Custos – SBC.
- 7.5. Os quantitativos seguem pormenorizados no Termo de Referência, com todas as informações relevantes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 291.966,40

8.1. O valor estimado para a contratação dos serviços é de **R\$ 291.966,40** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), conforme Planilha Orçamentária Resumida:



Obra
Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno do Centro
de Coordenação-Geral – Brasília/DF

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Distrito Federal
SBC - 02/2026 - Distrito Federal
SICRO3 - 10/2025 - Distrito Federal

B.D.I.
28,6%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido
nos preços unitário dos
insumos de mão de
obra, de acordo com as
bases.

Centro de Apoio e Operacional do
 Sistema de Proteção da Amazônia

Planilha Orçamentária Resumida									
Item		Descrição					Quant.	Total	Peso (%)
1		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					1	52.893,38	18,12 %
2		INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS					1	36.939,04	12,65 %
3		COBERTURA					1	192.040,30	65,77 %
4		SERVIÇOS FINAIS					1	10.093,68	3,46 %
Total sem BDI								227.069,37	
Total do BDI								64.897,03	
Total Geral								291.966,40	

8.2. O referido valor foi obtido a partir de planilha orçamentária detalhada, contemplando todos os serviços necessários à execução da obra, incluindo custos diretos (mão de obra, materiais e equipamentos), custos indiretos (administração e encargos sociais) e Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, calculados segundo diretrizes técnicas e parâmetros de mercado.

8.3. A composição do custo baseou-se nas referências SINAPI e SBC, ambas do **mês 03/2026**, nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013, cujas planilhas serão oportunamente juntadas aos autos para conhecimento dos licitantes.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Diante da demanda que trata a presente contratação de serviço, considera-se a decisão de que **não é viável** técnica e operacionalmente o parcelamento da demanda.

9.2. Vale destacar que tal solução já é amplamente utilizada no âmbito público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

9.3 Portanto, a justificativa foca no fato de que a natureza do serviço (revitalização de cobertura) exige uma unidade técnica para assegurar a estanqueidade e a durabilidade da estrutura, o que seria prejudicado caso diferentes empresas executassem, partes isoladas do sistema.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há, atualmente, nem se cogita realizar contratações futuras correlatas e/ou interdependentes que impacte no desenvolvimento e na viabilidade do objeto desta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição encontra alinhamento institucional conforme previsto no Plano Anual de Contratações e no Plano de Trabalho Anual identificados abaixo:

11.2. Plano de Trabalho Anual de (PTA) 2026

- I) Gestão/Unidade: 110511 - Censipam/MD;
- II) Programa 6111 - Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- III) Ação orçamentária 20X4 - Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- IV) Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
- V) Plano Orçamentário (PO): 0007- Funcionamento do Censipam;
- VI) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 228789;
- VII) Natureza da despesa: 33.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; e
- VIII) Código do Sistema PTA/2026: 193/2026 - Revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno

11.3. Plano Anual de Contratações (PCA) 2026

- I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000006/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025
- III) Id do item no PCA: 410
- IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
- V) Identificador da Futura Contratação: 110511-158/2026

11.4. Plano Estratégico Institucional (PEI) 2024 – 2027

- **Objetivo Estratégico:** OE6 – Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros.
- **Iniciativa Estratégica:** 6IE5 – Aperfeiçoar a gestão patrimonial.

11.5. Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2024 – 2027

- PD5 - Observar as orientações gerais e práticas presentes nos modelos da Advocacia Geral da União relativas às licitações e contratos.
- PD9 - Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Recuperação dos sistemas de vedação do telhado de policarbonato do CCG e reparo na impermeabilização nas cumeeiras e junção das telhas sanduíches metálicas, para sanar os problemas de gotejamento e infiltrações nos períodos chuvosos, bem como evitar danos ao forro da edificação.

12.2. Garantir um ambiente seguro e íntegro aos funcionários, servidores e colaboradores do Censipam.

13. Providências a serem adotadas

13.1. O entorno deverá ser isolado durante a realização dos serviços.

13.2. Os acessos à obra deverão ser sinalizados e a placa de identificação da obra, fixada em local visível.

13.3. Após a celebração do contrato, a Administração designará equipe de fiscalização tecnicamente habilitada, responsável pelo acompanhamento, controle, medições e verificação da conformidade da execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando que a contratação em tela tem por finalidade a revitalização da cobertura de policarbonato do Jardim de Inverno, a Contratada deverá observar as recomendações estabelecidas nos critérios e práticas de sustentabilidade previstos neste ETP, de modo a evitar a execução de atividades que possam causar impactos ambientais.

14.2. Os resíduos gerados deverão ser devidamente descartados pela empresa contratada em local apropriado. Eventuais embalagens, quando houver, deverão ter destinação adequada e, sempre que possível, ser encaminhadas para reciclagem.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em atenção ao disposto no inciso XIII e de acordo com § 2º, o qual dispõe sobre os elementos indispensáveis à elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP, ambos do art. 7º, IN 40/2020 e mediante os fatos já apresentados neste documento, a equipe de planejamento declara ser viável a contratação ora pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULA AMELIA VELOZO DE OLIVEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 11:05:04.

ANDERSON DIAS GODDARD

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 10:58:20.

KATIA SALUSTIANO DA SILVA

Integrante Administrativo

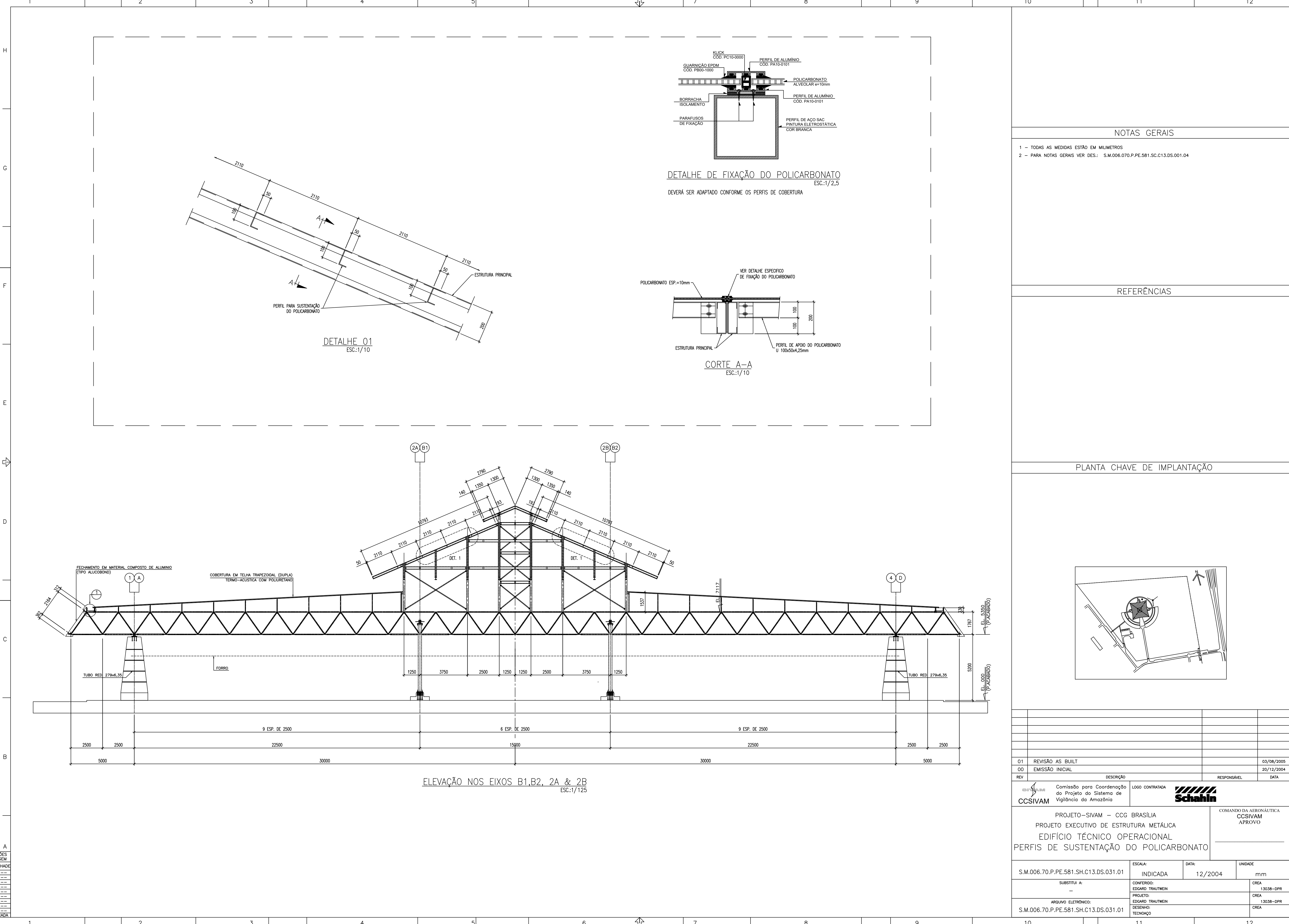


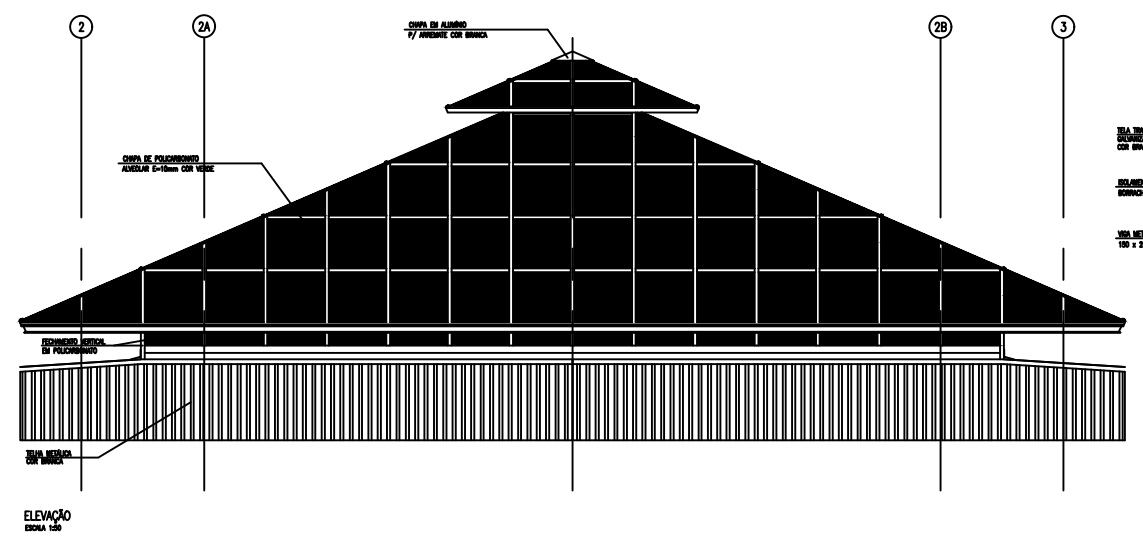
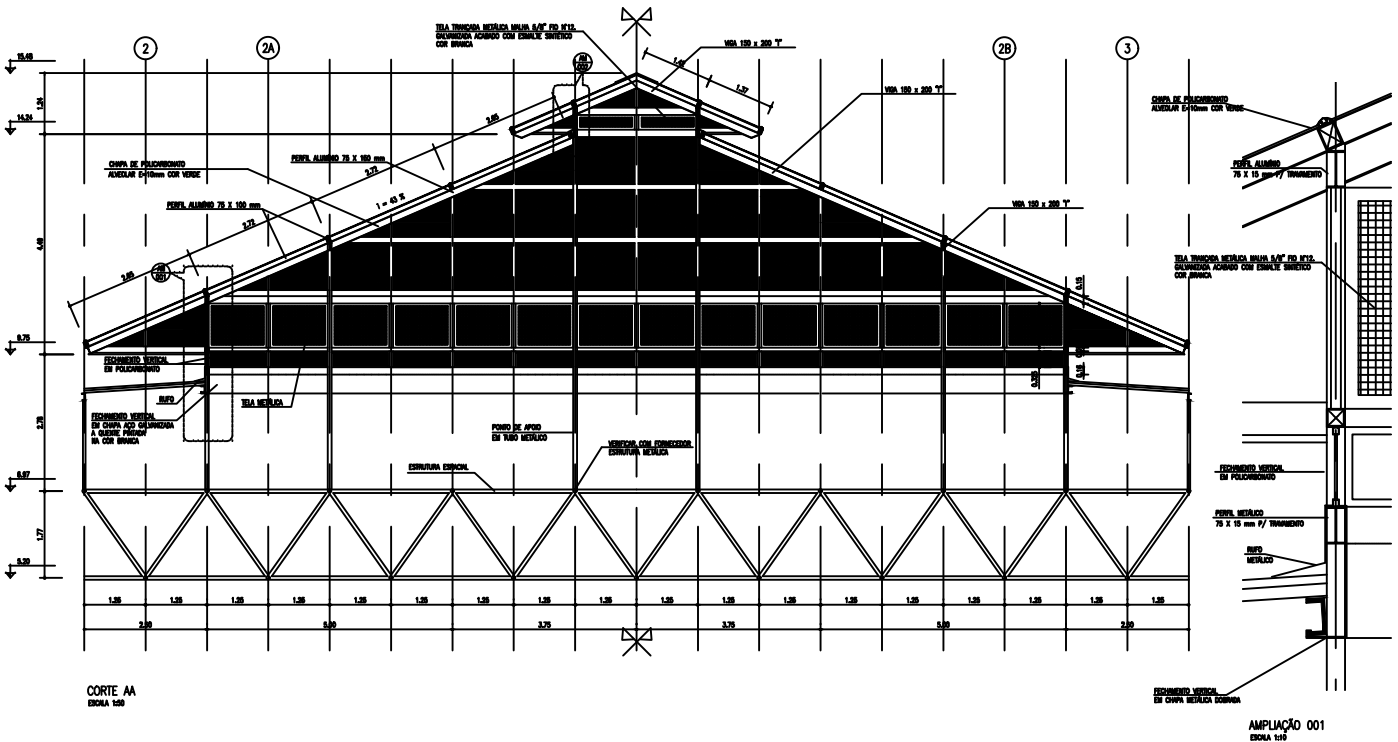
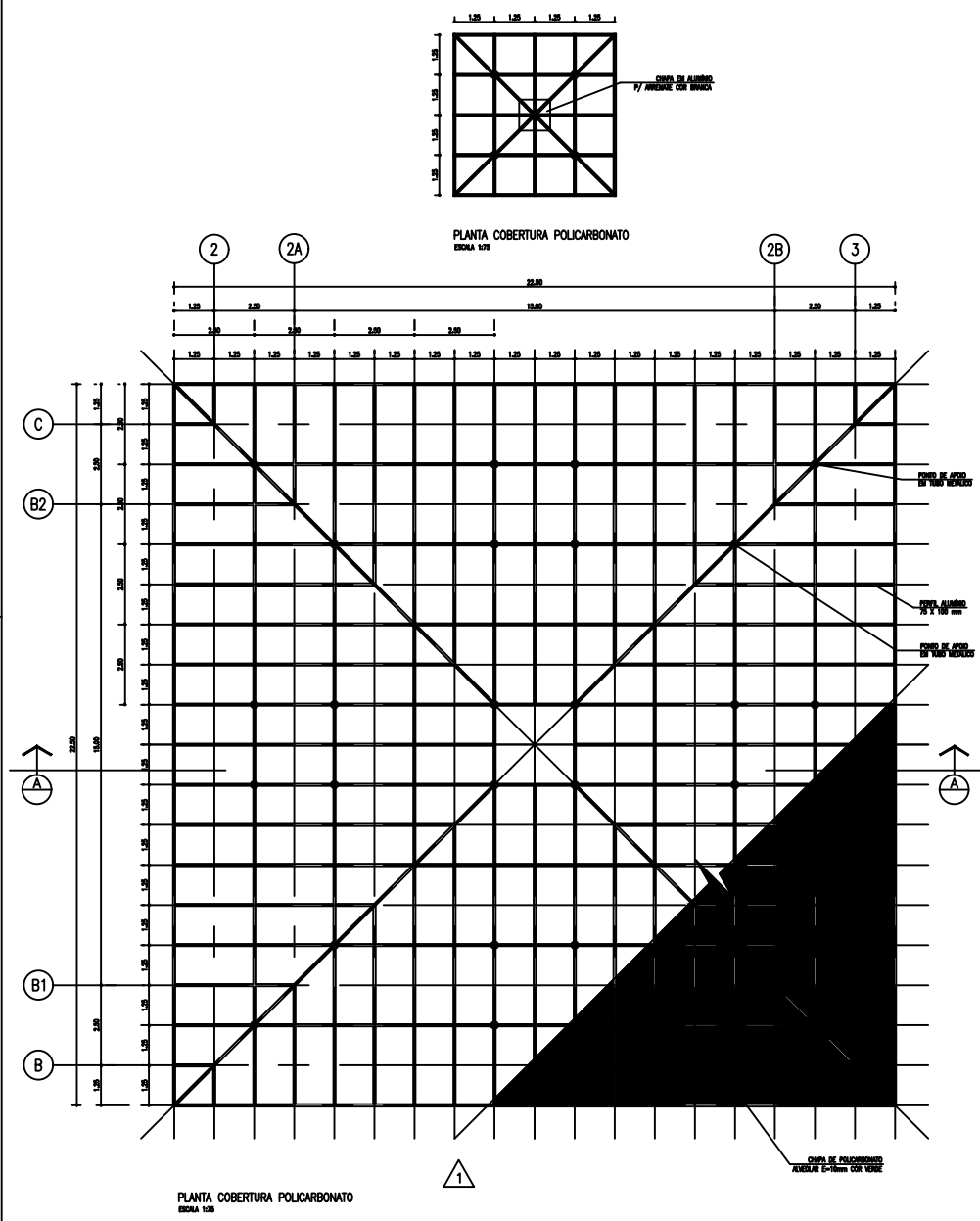
Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 11:23:20.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

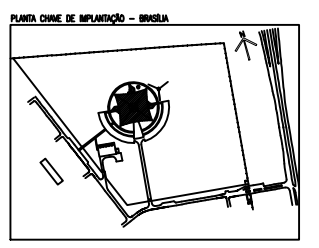
- Anexo I - caderno-de-especificacoes-gerais 2.pdf (261.67 KB)
- Anexo II - PLANTA ESTRUTURA METALICA (1).pdf (413.48 KB)
- Anexo III - Planta_baixa_cobertura (1).pdf (346.9 KB)
- Anexo IV - PERFIS DE SUSTENTAÇÃO CÚPULA (1).pdf (404.29 KB)





- LEGENDA GERAL**
- ALUMINIAÇÃO
 - ESTRUTURA DE CONCRETO
 - ABERTURA EM LAJES E PAREDES
 - NÍVEL DO PISO ACABADO EM PLÁSTICO
 - NÍVEL DO PISO ACABADO EM CORTES
 - TIPOLOGIA E NÚMERO SECCIONAL
 - NÚMERO DO ARQUITETO
 - NÚMERO DO PROJETO
 - AMPLIAÇÕES
 - DETALHES
 - PORTA DE MADEIRA
 - PORTA DE FERRO
 - PORTA CORTE FOGO
 - PIE DE FERRO
 - JANELA ALUMINIO
 - GRANAL DE FERRO
 - VENEZIA FERRO
 - VERO TEMPERADO
 - GUARDA-CORPO

- OBSERVAÇÕES GERAIS**
- 1 - VERIFICAR MEDIDAS NA OBRA
 - 2 - MEDIDAS EM METRO
 - 3 - REFERÊNCIA DE NÍVEL: PISO ACABADO É IGUAL A COTA NA IMPLANTAÇÃO 1101.50
 - 4 - PARA ACABAMENTOS DE PISOS VER PLANOS DE PISOS
 - 5 - VER MEMÓRIA DESCRITIVA E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
 - 6 - OS PISOS DEVERÃO TER RODAPÉ DO MESMO MATERIAL, EXCETO CERÂMICA E PISOS ELEVADOS (SEJAM VINÍLICO OU C/ CARPETES)



REV.	DESCRIÇÃO	DATA	FEITO POR
01	ELABORAÇÃO	15/05/20	ABR/20
02	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
03	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
04	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
05	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
06	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
07	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
08	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
09	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
10	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
11	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
12	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
13	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
14	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
15	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
16	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
17	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
18	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
19	REVISÃO	15/05/20	ABR/20
20	REVISÃO	15/05/20	ABR/20



CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES GERAIS
SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DE POLICARBONATO
DO JARDIM CENTRAL DO CCG
BRASÍLIA – DF

SUMÁRIO

I. MEMORIAL DESCRITIVO	3
A. FINALIDADE	3
B. SERVIÇOS PRELIMINARES	3
B.1. MÃO DE OBRA E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	3
C. INÍCIO DAS OBRAS	3
D. SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS	4
II. SERVIÇOS	4
A. REMOÇÃO	4
B. SERRALHEIRIA	4
C. TELHADO	5
D. PINTURA	5
E. PLACAS	5
III. SERVIÇOS COMPLEMENTARES	5
➤ TESTE DE ESTANQUEIDADE	5
➤ LIMPEZA	5
➤ DIVERSOS	5
➤ TRANSPORTE	6
➤ MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA	6
➤ GARANTIAS	6
➤ CRITÉRIO DE EQUIVALÊNCIA TÉCNICA	7
➤ RESPONSABILIDADE TÉCNICA	7
➤ NORMAS E REGULAMENTOS	8
IV. OBSERVAÇÕES GERAIS	8

I. MEMORIAL DESCRITIVO

A. FINALIDADE

Substituição das telhas de polycarbonato da cobertura do jardim central do CCG – Centro de Coordenação Geral do Censipam, localizado na Spo, área 5, quadra 3, bloco k, Brasília - DF.

O presente Caderno de Especificações do CCG tem por objetivo estabelecer às diretrizes gerais para a execução de obra, determinando os materiais e técnicas a serem empregadas.

B. SERVIÇOS PRELIMINARES

B.1. MÃO DE OBRA E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

O canteiro de obras será dirigido por engenheiro residente, devidamente inscrito e habilitado no CREA/DF - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal.

Durante a execução da reforma, deverá ser mantido no canteiro de obra em tempo integral, um encarregado, a fim tomar as decisões e prestar todas as informações que forem solicitadas referentes aos serviços em execução.

A CONTRATADA deverá empregar somente mão-de-obra qualificada na execução dos diversos serviços.

A CONTRATADA deverá elaborar, antes do início das obras e mediante ajuste com a FISCALIZAÇÃO, as diretrizes do canteiro de obras, dentro dos padrões exigidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR 18) - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO-PCMAT, no qual, o seu não cumprimento implicará em penalidades na forma da lei.

Cabem à CONTRATADA as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transportes, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.

A obra deverá ser registrada no CREA/DF – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da região.

C. INÍCIO DAS OBRAS

A execução da obra contratada será planejada e controlada por meio do Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela Contratada e submetido à aprovação do

Centro de Coordenação Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia CENSIPAM- CCG, em até 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço. A supervisão, a fiscalização e o acompanhamento da obra contratada ficarão a cargo da Fiscalização do CENSIPAM.

D. SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

- Obrigação preliminares pela empresa licitante/contratada:
 - i. Deverá ser mantido na obra, à disposição da Fiscalização, o presente Caderno de Especificações.
 - ii. Vistoriar o local da obra, objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem com as condições necessárias para a sua execução.
 - iii. Compete à empresa licitante realizar minucioso estudo de verificação e comparação dos detalhes das especificações e demais elementos integrantes da documentação técnica fornecida pelo CCG para a execução da obra.
 - iv. Do resultado desta verificação preliminar, que deverá ser realizada antes da licitação da obra, deverá a licitante dar imediata comunicação à FISCALIZAÇÃO, por escrito, apontando dúvidas ou possíveis discrepâncias que tenham sido observadas, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos e leis em vigor, de forma a serem sanados os erros e/ou omissões que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das reformas/serviços.

II. SERVIÇOS

A. REMOÇÃO

- A Contratada se responsabilizará por todas as medidas de segurança para a execução dos serviços.
- Todo o entulho e detritos decorrentes da demolição deverão ser totalmente retirados da área da reforma antes do início da construção.
- Retirar todo o policarbonato removido da estrutura da entrada principal.
- Todo o material que a fiscalização julgar aproveitável e/ou reutilizável será entregue pela Contratada no depósito geral do CCG, localizado na Spo, area 5, quadra 3, bloco T, Brasília - DF.
- A Contratada procederá à periódica remoção de todo o entulho e detritos decorrentes das demolições e da execução da reforma, devendo efetuar o seu transporte para o local indicado pelo SLU e Secretaria do Meio Ambiente.

B. SERRALHEIRIA

- Instalar todo o suporte de apoio (perfis de fixação) das telhas de policarbonato.

C. TELHADO

- Instalar novas telhas de polycarbonato de cor verde alveolar de 10mm seguindo o mesmo layout existente.
- Calafetar com selante de poliuretano todo encontro de telha com telha e de telha com as calhas.

D. PINTURA.

- Pintar as travessas de sustentação das telhas de polycarbonato com tinta esmalte sintético, conforme modelo existente.

III. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

➤ A. TESTE DE ESTANQUEIDADE

- Realizar teste de estanqueidade nas calhas e na vedação dos selantes.

➤ B. LIMPEZA

- Deverá ser removido todo entulho gerado.
- Todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e reformas utilizáveis de materiais, ferramentas, acessórios, serão totalmente removidos da reforma.
- Toda alvenaria, vidros e esquadrias de alumínio e outros materiais, deverão ser completamente limpos e livres de respingos de tintas, solventes e graxas.

➤ C. DIVERSOS

- Desmontagens de Instalações Provisórias
 - Ao término do serviço serão desmontados e/ou demolidos e removidos todos os elementos provisórios que foram utilizados como: tapumes, barracões, depósito, alojamentos e sanitários.
 - Serão devidamente removidos da reforma, após o seu término, todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e reformas de materiais, ferramentas e acessórios.

➤ D. TRANSPORTE

- Todos os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA serão considerados como entregues no local de execução dos serviços.
- Ficará sob-responsabilidade da contratada, o armazenamento de todo e qualquer material, existente no local da reforma, que a fiscalização do CENSIPAM, julgue pertinente e necessário reaproveitar, sendo que tais materiais serão definidos, em momento oportuno, bem como, o local que os mesmos deverão ser transportados.
- A CONTRATADA será responsável pelo transporte horizontal e vertical de todos os materiais e equipamentos desde o local de armazenagem no Canteiro até o local de sua aplicação definitiva.
- Em todas as operações de transporte a CONTRATADA proverá equipamentos, dispositivos e mão de obra necessária as tarefas.
- A CONTRATADA deverá providenciar para todas as etapas do transporte todos os seguros aplicáveis.

➤ E. MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

- Toda a mão de obra utilizada na execução dos serviços aqui descritos deverá ser tecnicamente habilitada para a realização dos mesmos. Deverá estar presente na obra devidamente uniformizada e identificada, sendo que deverá ser apresentada para o CONTRATANTE uma listagem com identificação de todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços.
- A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento de todo e qualquer material ou equipamento necessário para a realização com segurança de todo e qualquer serviço no ambiente de trabalho.
- Caberá à CONTRATADA o recolhimento de todas as taxas, impostos e contribuições sociais referentes à mão de reforma que executará os serviços aqui descritos.
- Os serviços que forem realizados fora do horário comercial, em finais de semana e feriados, deverão ser programados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, não cabendo, em hipótese alguma, a cobrança adicional referente a custeio de mão de obra ou aluguel de maquinas e equipamentos de montagem utilizados para a realização destes serviços.

➤ F. GARANTIAS

- Durante o período de garantia (conforme o código civil) a CONTRATADA reparará ou substituirá, às suas expensas, todas as peças, componentes, equipamentos e

materiais necessários aos reparos ou substituições que venham a ser feitos durante o período de garantia, salvo as peças ou componentes que, por sua natureza, se desgastaram normalmente antes do término do período de garantia.

- A CONTRATADA deverá entregar juntamente com o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS, os Certificados de Garantia emitidos pelos fabricantes dos equipamentos que compõem a instalação.

➤ G. CRITÉRIO DE EQUIVALÊNCIA TÉCNICA

- Todos os materiais e equipamentos especificados com marcas e tipos neste projeto o foram por serem os que melhor atendem aos requisitos específicos do sistema e de qualidade.
- Estes equipamentos e materiais poderão ser substituídos por outros tecnicamente equivalentes, estando este critério sob responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE e do autor do projeto.
- Para comprovação da equivalência técnica, será apresentada à CONTRATANTE, por escrito, justificativa para eventual substituição de materiais ou serviços especificados na planilha orçamentária, incluindo se necessário, a apresentação de laudos técnicos emitidos por entidades credenciadas e oficiais, cálculos, diagramas e/ou desenhos, bem como de catálogos com as especificações dos equipamentos e materiais que podem vir a substituir os apresentados neste projeto.

➤ H. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- A CONTRATADA será responsável pelo bom funcionamento dos sistemas por ela fornecidos e instalados, sendo que deverá arcar com eventuais prejuízos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em virtude de falhas na execução dos seus serviços.
- Caberá à CONTRATADA o registro da obra no Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sendo que (02) duas vias da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) deverão ser entregues à CONTRATANTE.
- Caberá também à CONTRATADA o registro da obra junto aos órgãos de administração pública, sempre atendendo à legislação do local da execução do serviço, bem como o pagamento de todas as taxas referentes ao registro da reforma aos citados órgãos, como CREA ou CAU, prefeituras, corpo de bombeiros, ou entidades afins.

➤ **I. NORMAS E REGULAMENTOS**

- Para a montagem e testes dos sistemas deverão ser seguidas às prescrições das publicações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Estas normas poderão ser complementadas por normas técnicas e regulamentos de outras entidades reconhecidamente habilitadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

IV. OBSERVAÇÕES GERAIS

- I. Todas as normas de preparo da superfície e aplicação do fabricante deverão ser cuidadosamente seguidas, sendo proibida qualquer ação em desacordo ou não aconselhada pelo mesmo ou por este “CADERNO”;
- II. A empresa deverá visitar previamente o local da reforma, para tomar conhecimento de todas as peculiaridades do serviço, não sendo aceitas alegações no sentido de ignorar as dificuldades que, eventualmente surjam no decorrer dos trabalhos;
- III. Todos os danos ocorridos no local da obra durante a execução da mesma deverão ser reparados pela contratada;
- IV. Prazo máximo de execução: 60 (sessenta) dias corridos;
- V. A proposta será apresentada, devendo conter preço global para execução dos serviços, planilha orçamentária discriminada, cronograma físico- financeiro, prazo de execução não superior a 60 (sessenta) dias corridos e validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias;
- VI. Ficarão a cargo da empresa todas as despesas com materiais, mão de obra, ferramentas, fretes encargos sociais e outras despesas necessárias;
- VII. Os projetos complementares necessários serão desenvolvidos pela contratada, devendo os mesmos ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO do CENSIPAM.